

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

A democracia portuguesa está doente

Editorial

A nuvem por Juno

As sábias palavras do Presidente da República nas comemorações do 5 de Outubro, vieram, como sopa no mel, colocar o debate político no ponto certo. É tempo, diz o Presidente, de nos deixarmos de ilusões e de os agentes políticos falarem verdade.

Ora, os tempos que correm não são animadores e exigem trabalho, esforço, rigor e ambição. Não iremos longe se continuarmos com crescimentos económicos débeis. Não iremos longe se continuarmos a privilegiar o acessório em detrimento do essencial. Não iremos longe se nos confinarmos ao fogo-fátuo dos anúncios feitos com pompa e circunstância do nosso decantado pioneirismo empresarial.

O circo mediático montado em torno do computador Magalhães e o aproveitamento político daí decorrente, sem desprimor do mérito intrínseco do projecto, é disso um bom exemplo.

É por isso que quando ouvimos o Primeiro-ministro dizer que está em total consonância com o discurso do Presidente da República não podemos deixar de sorrir.

É o que se chama, para dizer o menos, «... tomar a nuvem por Juno».



Governo ameaça a liberdade dos Portugueses

Destaques:

- «A primeira prioridade das autoridades deve ser restaurar a confiança»
- É “duro mas real” o diagnóstico feito pelo Presidente Cavaco Silva em 5 de Outubro
- Homenagem a Lucas Pires no 10º aniversário do seu falecimento

Em “Actividades da Presidência»

Em “Actividades do PSD”

Em “Notícias de Ponte de Lima”

Governo ameaça a liberdade dos Portugueses

Manuela Ferreira Leite considera que a democracia portuguesa está doente e que o Governo está a restringir a liberdade dos Portugueses.

Participando quinta-feira à noite, num jantar-comício de pré-campanha, na Ilha do Faial, nos Açores, a líder do PSD recordou o 25 de Abril para dizer que Portugal vive um clima de medo.

«O Partido Socialista para se manter no poder, o meio que mais utiliza é coarctar a liberdade das pessoas. A nossa democracia, não me canso de dizer, está muito doente. Não foi para isso que houve uma Revolução de Abril», salientou Manuela Ferreira Leite.

Alerta para «erro de política económica»

Em conferência de imprensa, terça-feira da semana passada, a presidente do PSD defendeu que o sistema financeiro é essencial para o progresso económico e não pode ser posto em causa, pelo que «a primeira prioridade das autoridades deve ser o restaurar da confiança».

Segundo Manuela Ferreira Leite, a política económica que o Governo tem seguido «é no sentido de o Estado se endividar cada vez mais, que é exactamente o contrário do que deve ser feito neste momento».

Manuela Ferreira Leite manifestou também que é necessário transmitir serenidade e não diabolizar o sistema financeiro. «A primeira palavra do primeiro-ministro foi aquilo que exactamente não se pode fazer, que foi atribuir ao jogo das bolsas como se fosse um casino, foi estar contra as poupanças que são aplicadas em determinado tipo de instrumentos financeiros», criticou a líder do PSD.

Para a presidente do PSD, perante a crise financeira é necessário «tomar todas as medidas para fomentar a poupança».

Na mesma conferência de Imprensa, Manuela Ferreira Leite, considerou que “vieram tarde as palavras de serenidade do primeiro-ministro” e o mal que as suas anteriores declarações fizeram, estava feito e nada as poderia desfazer (*e sem dúvida que estas últimas soavam a falso...*).

A presidente do PSD disse era tempo de de transmitir oficialmente aos portugueses que podem estar tranquilos em relação aos seus depósitos bancários.

De acordo com Manuela Ferreira Leite, a intervenção de José Sócrates hoje “pode ir nesse sentido só que, mais uma vez, veio tarde”.

“A primeira palavra do primeiro-



ministro foi aquilo que exactamente não se pode fazer, que foi equiparar o funcionamento das bolsas ao de um casino, assumindo assim estar contra a aplicação de certas poupanças em determinado tipo de instrumentos financeiros”, criticou.

“É uma palavra de serenidade que devemos transmitir e portanto sublinho essa ideia. Só não sublinho é a ideia de diabolizar o sistema financeiro, o PSD sublinha exactamente o contrário,

sublinha as virtudes, as virtualidades, a necessidade de fortificar e credibilizar o sistema financeiro e não o contrário”, reforçou a presidente do PSD.

A crise financeira pode colocar em causa sobrevivência das PME

Manuela Ferreira Leite, falando no sábado em que decorreu o encerramento do Conselho Nacional

dos Trabalhadores Social-Democratas (TSD), em Santarém, afirmou entender que o endividamento do País faz com que o crédito para as empresas fique escasso, sendo as PME as mais afectadas. Assim, podem ser graves as consequências da crise financeira internacional nas pequenas e médias empresas (PME).

Para Manuela Ferreira Leite, se houver «um mínimo de bom senso», o Governo não deixará de aceitar a proposta feita esta semana pelo PSD no Parlamento, para que o pagamento do IVA pelas empresas seja feito, não no momento da entrega da factura mas no momento do pagamento das mesmas, pelos clientes dessas empresas.

A líder do PSD acusou ainda o PS de «governar por anúncios», lembrando como exemplo a propaganda da criação de 150 mil novos postos de trabalho na actual legislatura, porque «além de falta de seriedade, dá ainda a ideia de que, por qualquer posto de trabalho criado, ainda temos de agradecer ao Governo», frisou a presidente do PSD.

A Presidente do PSD com o Presidente da República

A líder do PSD, considerou “essencial” conhecer a opinião do Presidente da República sobre a declaração unilateral de independência





do Kosovo, antes de tomar qualquer posição sobre a matéria.

“Entendi ser essencial conhecer a posição do Presidente da República sobre a matéria”, afirmou Manuela Ferreira Leite, em declarações aos jornalistas no final de um encontro com o Chefe de Estado que durou cerca de 45 minutos.

Uma fonte do PSD comunicou à agência Lusa que a presidente do PSD tinha pedido a Cavaco Silva uma audiência com carácter de urgência por causa do Kosovo.

Minutos depois, uma nota da Presidência da República informava que o Chefe de Estado iria receber Manuela Ferreira Leite às 19:00, no Palácio de Belém.

À saída do encontro, a líder do PSD adiantou que solicitou a audiência a Cavaco Silva, na sequência de um contacto que o Ministério dos Negócios Estrangeiros fez hoje junto do PSD sobre “o reconhecimento do Kosovo”.

Ainda segundo Manuela Ferreira Leite, nesse contacto do Ministério dos Negócios Estrangeiros ficou implícito que o Governo se prepara para “definir uma posição em breve” sobre o Kosovo.

Por isso, acrescentou, o PSD considerou “essencial” conhecer a posição do chefe de Estado sobre esta matéria.

Questionada sobre qual a opinião dos sociais-democratas, Manuela Ferreira Leite recordou que o partido teve “uma posição muito clara desde o início”.

“Temos as maiores reservas em relação a declarações unilaterais”, referiu, considerando que o Governo fez bem em não ter “ido atrás” de outros países no reconhecimento da independência do Kosovo e fazendo um “momento de grande pausa” sobre a matéria.

Manuela Ferreira Leite adiantou ainda que aguarda agora novo contacto do Governo, salientando ter motivos para acreditar que existem sinais que podem levar o Governo a “evoluir” na sua posição.

Questionada se mais algum assunto além do Kosovo foi abordado na audiência, Manuela Ferreira Leite assegurou que esse “foi o único assunto”.

Em Fevereiro, o Kosovo declarou



unilateralmente a sua independência em relação à Sérvia.

O Governo português não teve até agora uma posição oficial em relação a esta matéria.

Em Fevereiro, dias depois do Kosovo ter declarado unilateralmente a independência, o Presidente da República disse que Portugal “não precisa de se precipitar” na sua posição, frisando que qualquer decisão sobre o assunto deve envolver “todos os órgãos de soberania”.

“Portugal não precisa de se precipitar. Toda a declaração unilateral de independência gera grande preocupação. Devemos continuar a analisar a evolução da situação e, em devido tempo, envolvendo todos os órgãos de soberania, tomar uma decisão”, sustentou o Presidente da República.

Um mês depois, o Chefe de Estado voltou a pronunciar-se sobre a declaração unilateral de independência do Kosovo, considerando tratar-se de “algo muito anormal” e defendendo que Portugal tem de ser “cuidadoso” na decisão de reconhecimento ou não deste país.

“A declaração unilateral de independência é algo muito anormal, não está previsto no direito



internacional”, afirmou o Chefe de Estado na altura.

Em Abril, o Chefe de Estado fez novas declarações públicas sobre a matéria, manifestando “dúvidas” sobre a legalidade da declaração unilateral de independência do Kosovo.

“Dissemos e eu próprio já disse que temos as nossas próprias dúvidas sobre o respeito das normas internacionais”, disse Aníbal Cavaco Silva, no final de uma reunião de oito presidentes europeus, acrescentando tratar-se de uma questão “complicada”.

Sabe-se que estão a ser exercidas pressões muito fortes sobre o Governo para que reconheça a separação do Kosovo, mas o assunto não é minimamente simples.

Quer o Presidente da República, quer o ministro dos Negócios Estrangeiros e agora o PSD, pela voz da sua Presidente, dizendo pouco, dizem certo, porque chamam a atenção para os riscos deste reconhecimento como precedente e legitimação para outros movimentos de secessão.

Presumia-se que falassem do Cáucaso – o tradicional “barril de pólvora da Europa”, cujos permanentes conflitos têm tendência para alastrar a todo o continente (e já uma vez ao Mundo!) - mas sabia-se que pensavam também em Espanha, outro dos países que não reconheceram o Kosovo, por óbvias razões de precedente para os separatismos basco e mesmo catalão. Esperava-se que Espanha contasse para a diplomacia portuguesa, mas que não fosse apenas a Espanha a contar. A guerra georgiana e o reconhecimento unilateral da Abkházia e da Ossétia pela Rússia mostram os enormes riscos desta política, que pode ainda alastrar-se à Moldova e mesmo à Ucrânia.

Acresce que a independência do Kosovo, separando um território internacionalmente reconhecido como fazendo parte de outro país, a Sérvia, é ilegal à luz do direito internacional e nunca será legitimada pelas Nações Unidas.

– Fontes: Lusa, DN, Público (© J. P. Pereira)



É “duro mas real” o diagnóstico feito pelo Presidente Cavaco Silva em 5 de Outubro

O líder parlamentar do PSD considerou, no aniversário da implantação da República, “muito importante” o diagnóstico “duro mas real” feito pelo Presidente Cavaco Silva, sublinhando que, sem verdade, Portugal não pode mobilizar-se e ter confiança para vencer as dificuldades.

“O Presidente da República fez hoje um diagnóstico duro mas real nas comemorações do 5 de Outubro. Só com base na verdade sobre a realidade social, económica e financeira pode haver capital de confiança para os portugueses se mobilizarem”, declarou Paulo Rangel à agência Lusa.

Cavaco Silva advertiu hoje, na cerimónia comemorativa da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, na Praça do Município em Lisboa, que o dever do Estado é nunca esquecer os mais pobres e fazer uso ponderado dos dinheiros públicos, assumindo como pilares fundamentais da sua actuação a justiça e a segurança.

Logo após o discurso de Cavaco Silva, a líder social-democrata, Manuela Ferreira Leite, recusou-se a comentá-lo, ao contrário do que sucedeu com os representantes dos restantes partidos e do próprio primeiro-ministro, José Sócrates.

O presidente do Grupo Parlamentar do PSD considerou que o seu partido “identifica-se plenamente com a perspectiva” assumida pelo chefe de Estado no discurso que proferiu nas comemorações da revolução republicana de 1910.

“[Cavaco Silva] fez um diagnóstico muito agudo das circunstâncias preocupantes da crise social, financeira e económica nacional e internacional e, por outro lado, também deixou um apelo à confiança e à mobilização dos portugueses”, apontou o presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

De acordo com Paulo Rangel, “o ponto [do discurso do Presidente da República] que mais tocou o PSD foi quando chamou a atenção para o facto de não ser possível criar condições de confiança e de mobilização para se ultrapassarem as dificuldades sem que haja verdade”.

“Tudo o que seja ilusões não contribuirá para a vontade de vencer as dificuldades. Esse tem sido um ponto insistentemente realçado pela presidente do PSD e por mim próprio no último debate do estado da Nação no Parlamento”, frisou.

O presidente do Grupo Parlamentar do PSD reforçou depois que “tudo o que seja encobrir a realidade” sobre a situação do país “é contrário ao clima de confiança”.

“Só pode haver confiança e

mobilização dos portugueses para que se ultrapassem as actuais dificuldades se houver verdade no diagnóstico económico, social e financeiro da situação de Portugal”, acrescentou.

Luís Rodrigues, pelo PSD, acusa Governo de favorecimento da Liscont, no caso do terminal de contentores de Alcântara

O PSD acusou, no dia 6, o Governo, de favorecer a Liscont concedendo-lhe a exploração até 2042



do terminal de contentores de Alcântara e triplicando o espaço disponível, sem concurso público e violando o prazo legal das concessões.

A Liscont é uma empresa detida maioritariamente pela Mota-Engil.

“O Governo está em final de mandato e garante este negócio antes de acabar o mandato. Há com certeza um favorecimento do Governo a esta empresa, que até agora foi a única que ganhou com a decisão”, acusou o deputado do PSD Luís Rodrigues.

“Não sei as razões do Governo, o Governo é que tem de responder”, acrescentou, em declarações aos jornalistas, no final de um almoço em Alcântara.

Questionado sobre o facto de a Mota-Engil, presidida pelo socialista Jorge Coelho, ser a maior accionista da Liscont, Luís Rodrigues respondeu: “Para nós é indiferente quem são os accionistas, os responsáveis, as administrações. O que interessa é que há uma concessionária que está a ser altamente beneficiada em detrimento do interesse público”.

O líder parlamentar do PSD, Paulo

Rangel, anunciou que o partido quer anular a decisão do Governo e vai pedir a apreciação parlamentar do decreto-lei 188/2008, que alterou as bases da concessão da exploração do terminal de contentores Alcântara, aprovado em Conselho de Ministros a 23 de Setembro.

“Vamos tentar que a resolução da cessação de vigência tenha efeitos retroactivos, para tentar eliminar a indemnização da Liscont, apresentando um projecto de lei que revogue o decreto com efeitos retroactivos”, adiantou Paulo Rangel.

Luís Rodrigues qualificou de “escandalosa” a decisão do Governo, alegando que é “completamente ilegal” – porque alarga a actual concessão à Liscont que terminaria em 2015 para 57 anos, ultrapassando o limite legal de 30 anos – e favorece somente a empresa.

Segundo Luís Rodrigues, a Liscont vê assegurada a concessão por um prazo alargado, vê triplicada a área para contentores quando Portugal tem capacidade por utilizar, não fica com obrigações de construção fora do terminal e “não paga taxas, à conta dos investimentos que vai fazer para aumentar a sua capacidade”.

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, apontou, por outro lado, as consequências urbanísticas da decisão: “Temos de obrigar o Governo a recuar na construção de um muro de contentores na frente ribeirinha, que separará definitivamente a cidade do rio”.

“A Alcântara que hoje conhecemos desaparecerá”, sustentou Paulo Rangel.

De acordo com Luís Rodrigues, “a Câmara Municipal de Lisboa, o Porto de Lisboa, o erário público e o sistema portuário nacional não ganham nada” com a decisão, “a primeira tomada pelo Governo e portanto a sua prioridade no que respeita à frente ribeirinha de Lisboa”.

“A Câmara de Lisboa, o seu presidente, não se podem alhear do que se está a passar. Não pode enfiar a cabeça na areia, tem uma palavra importante a dizer”, defendeu o deputado e secretário do grupo parlamentar do PSD. – Fonte: Lusa

Miguel Frasquilho acusa Sócrates de revelar “ignorância sobre o sistema financeiro”

O deputado do PSD Miguel Frasquilho acusou hoje o primeiro-ministro de ter revelado ignorância sobre o sistema financeiro ao falar em

jogo e de mostrar não perceber a actual crise ao responsabilizar os Estados Unidos.

“Ouvimos declarações do primeiro-ministro a diabolizar os mercados financeiros, a falar do jogo da bolsa como se de um casino se tratasse – reveladoras até de alguma ignorância sobre o papel do sistema financeiro”, considerou Miguel Frasquilho.

Numa declaração política em plenário, o deputado do PSD acrescentou que “o primeiro-ministro culpabiliza o Estados Unidos pela situação a que se chegou, fechando os olhos ao que se passa na Europa”.

“A falha na supervisão e na regulação existiu, tal como uma falha do mercado, mas é uma falha global. O primeiro-ministro ainda não percebeu isso e culpa os Estados Unidos”, alegou Miguel Frasquilho, perguntando em seguida: “Se não percebeu, como pode resolver o problema?”.

O deputado do PSD criticou também os ministros das Finanças, Economia e Obras Públicas e acusou o Governo de ter feito sobre a crise “declarações irreflectidas, contraditórias, demagógicas e irresponsáveis que a população portuguesa não precisa de ouvir”.

Reiterando a posição afirmada terça-feira pela presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, Miguel Frasquilho defendeu que o Governo deve “actuar com serenidade e tomar as medidas necessárias à regulação do sistema”.

No início da sua intervenção, Miguel Frasquilho considerou que esta “é a pior crise desde a que precipitou a grande depressão” no final dos anos 20 e que tem “dimensão e



consequências incalculáveis”.

Quanto à actuação do Governo, o deputado apontou como irresponsáveis as declarações do ministro da Economia, Manuel Pinho, “decretando o fim do mundo como o conhecemos” e do ministro das Obras Públicas, Mário Lino, “dizendo que os tempos hoje são mais difíceis mas amanhã podem ser mais fáceis”.

“O Governo mostrou claramente não estar à altura das responsabilidades”, sustentou.

Como Manuela Ferreira Leite, Frasilho advogou uma inversão da política económica, que exclua “projectos de investimento público não produtivos”.

Paulo Rangel e o “casamento” entre pessoas do mesmo sexo

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, justificou a posição do seu partido contra o casamento dos homossexuais com o simbolismo da instituição e a sua ligação a uma estrutura familiar que inclui ter filhos.

O líder parlamentar do PSD admitiu que “a protecção das uniões de facto homossexuais porventura pode ser melhorada e ajustada”, mas sublinhou que neste momento a questão colocada não é essa, mas a do casamento.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, Paulo Rangel confirmou que a posição oficial do PSD é contrária aos projectos de lei do BE e do PEV que alargam o casamento civil a pessoas do mesmo sexo.

Paulo Rangel confirmou também que haverá “dispensa da disciplina de voto aos deputados que solicitem”, o que em linguagem comum é designado de liberdade de voto.

Questionado porque é que o PSD entende que o conceito de casamento deve excluir duas pessoas do mesmo sexo, Rangel respondeu que “o casamento como instituição milenar e a protecção que ele tem do Estado está intimamente ligada com a célula familiar e portanto também com a estrutura familiar de ter filhos, de os criar, de os desenvolver”.

“Muitas das medidas não são para proteger os cônjuges, são para proteger essa célula familiar e esse espaço”, referiu, acrescentando: “Essa foi sempre a tradição do PSD e vai continuar a ser”.

Interrogado se o artigo 13º da Constituição, que estabelece o princípio da igualdade, é ou não violado com a exclusão dos homossexuais no conceito de casamento civil, o líder parlamentar do PSD disse que “não há acordo entre os constitucionalistas sobre a violação ou não violação do princípio da igualdade”.

“Porque naturalmente não há exactamente uma igualdade no plano ontológico, por um lado, pela questão que muitas vezes é um argumento invocado da possibilidade de procriar, mas também por outra questão, que

tem a ver com o próprio simbolismo do casamento”, argumentou Paulo Rangel.

“Numa sociedade multicultural nós também temos de respeitar o sentimento de uma larga maioria de pessoas que vê no casamento uma instituição com determinadas características e que a veria adular se ela tivesse outras características. Todos merecem respeito, esta é que é a questão”, defendeu.

Segundo o artigo 13º da Constituição “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

Paulo Rangel assinalou que “neste momento já há uma protecção para as



uniões homossexuais, a protecção da união de facto, uma protecção que porventura pode ser melhorada ou ajustada”.

“Se essa questão se puser o PSD com certeza que entrará nessa discussão, o que entende é que não há equiparação com a questão do casamento, essa não existe. Aliás, como sabem, essa é a solução largamente maioritária nos países da Europa e nos países do nosso espaço civilizacional”, concluiu o dirigente social-democrata. – Fonte: Lusa, RDP 1, TSF

PSD quer saber se foram dadas garantias nos concursos para concessão de obras públicas

O PSD anunciou no fim do mês passado, que vai apresentar um requerimento a Governo para saber se foram dadas garantias nos concursos para concessão de obras públicas, como foi noticiado, exigindo conhecer o conteúdo e os destinatários dos eventuais documentos.

O deputado do PSD Luís Rodrigues disse à agência Lusa que o partido vai apresentar um requerimento no Parlamento esta semana para questionar o Governo sobre este assunto.

Em causa estão notícias de que em concursos para a concessão de obras públicas lançados pela Estradas de

Portugal (EP) o Governo deu garantias sobre o futuro da EP exigidas pelos bancos financiadores aos consórcios concorrentes, certificando através de cartas de conforto que o Estado manterá o controlo da empresa, este ano transformada em sociedade anónima, e que tem condições para pagar os seus encargos.

“Queremos saber se de facto existiram essas cartas de conforto, dirigidas a quem e em que condições”, disse Luís Rodrigues.

“Porque é que o Governo sentiu necessidade de o fazer, a meio do processo de concessão? Queremos conhecer a letra desses documentos”, adiantou o deputado do PSD, defendendo que “é uma questão de transparência”.

Quarta-feira, durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro no Parlamento, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, questionou José Sócrates sobre as alegadas cartas de conforto.

“Senhor primeiro-ministro, por acaso achará normal que o Estado intervenha a meio de um concurso para dar garantias a uma empresa? Isto é promiscuidade total”, declarou Paulo Rangel.

Na resposta, José Sócrates não se referiu ao assunto.

Hoje o social-democrata Luís Rodrigues reiterou as críticas do PSD ao plano de obras públicas do Governo, dizendo que o seu partido “tem muitas dúvidas sobre este volume enorme de intenções ou de ilusões que o Governo está a vender a todo país”.

“Não há capacidade nem recursos para fazer face a tudo isto. Um país rico não faria isto tudo. Se Portugal concretizasse todas estas intenções de obras ficaria hipotecado para várias décadas, sem poder fazer mais nada”, sustentou.

Arguidos em processos judiciais não estão impedidos de ser candidatos às autárquicas pelo partido

O coordenador autárquico do PSD, Castro Almeida, afirma que os arguidos em processos judiciais não estão impedidos de ser candidatos às autárquicas pelo partido e que casos de acusação serão analisados em função de critérios políticos.

Questionado pela agência Lusa, Manuel Castro Almeida transmitiu a posição de princípio do PSD em relação a processos judiciais que envolvam eventuais candidatos do partido às autárquicas do próximo ano.

O vice-presidente e coordenador autárquico do PSD salientou que “a decisão de candidatar ou não candidatar alguém tem de ser sempre um juízo político”.

Segundo Castro Almeida, a posição do PSD é que “ser constituído arguido não diminui ninguém na sua capacidade eleitoral” e por isso “não é entrave para que alguém possa ser candidato”.

“Esta, tanto quanto sei, foi a posição da direcção de Marques Mendes”, referiu, acrescentando que “em lado nenhum – nem nos livros de ciência política, nos livros de ética, nem no direito administrativo – está que um arguido deve ser impedido de ser candidato”.

Quanto a casos de acusação, o coordenador autárquico do PSD respondeu que para o partido “só conta o juízo político que caso a caso seja feito”.

“Uma acusação definitiva deve ser sempre avaliada caso a caso, em função de critérios políticos e não jurídicos ou jurisdicionais”, reforçou Castro Almeida.

Embora esta posição de princípio do PSD não tenha sido transmitida a propósito de nenhum caso em concreto, aplica-se a uma eventual candidatura autárquica do deputado e ex-primeiro-ministro Pedro Santana Lopes.

De acordo com esta posição, a constituição de Santana Lopes como arguido num processo sobre atribuição de fogos camarários durante o seu mandato como presidente da Câmara Municipal de Lisboa não representa para o PSD um impedimento a que seja candidato a uma autarquia nas eleições de 2009.

Em entrevista ao jornal Diário Económico publicada na quinta-feira passada, Santana Lopes disse que tem um projecto para a cidade de Lisboa e que lhe falta “a conversa com a presidente do PSD [Manuela Ferreira Leite], que tem toda a liberdade para escolher o candidato” à Câmara Municipal.

“Blog” aberto a “Exigência e qualidade do ensino”

O PSD criou um blogue que pretende reunir comentários de pessoas anónimas, de diferentes sensibilidades, sobre a “Exigência e qualidade do ensino”, de forma a reunir contributos para levar a debate parlamentar na próxima semana.

“Neste blogue já disponível, todas as pessoas de sensibilidades diferentes, de qualquer orientação política ou social podem fazer comentários e com isso nós pretendemos dar voz a muita gente que não se vê representada nos argumentos dos partidos políticos”, salientou o deputado social-democrata Agostinho Branquinho.

Segundo o deputado, o objectivo do blog, disponível em <http://debateducacao.blogs.sapo.pt/>, é “enriquecer o debate parlamentar que vai ocorrer na próxima semana”, a 09 de Outubro, sobre a “Exigência e qualidade do ensino”.

“Com certeza que muitas das ideias que serão colocadas no blogue serão depois amplificadas no debate político que terá lugar na Assembleia da República”, disse.

O blogue estará disponível apenas até amanhã, dia do debate. – Fonte: Gab. Imp. GP/PSD, Arquivo PL

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO FERNANDO NEGRÃO

1 de Outubro de 2008

Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhoras e Senhores Deputados: não fora a crise económica global e o crime continuaria a tomar conta da agenda noticiosa.

O Governo, e mais concretamente o Senhor Ministro da Administração Interna, vem fazendo o papel de quem apenas reage aos acontecimentos, com todas as limitações decorrentes do facto de não ter sabido definir e executar uma estratégia de combate ao crime.

Designadamente, na área da prevenção criminal, o Senhor Ministro da Administração Interna, apesar de várias vezes interpelado para o efeito, sempre negou as visíveis alterações qualitativas que as práticas criminais vinham revelando, refugiando-se no “esconderijo estatístico”, onde foi encontrando os números amigos, que passou a divulgar sempre que podia, sem qualquer espírito crítico.

As Polícias, o Senhor Ministro disse NADA!

Veja-se a transferência de 4.800 membros da GNR e da PSP que exercem funções administrativas, para exercerem actividade de natureza operacional, o que NÃO ACONTECEU!

Os anunciados 1.800 funcionários públicos do quadro de excedentes que passariam a executar funções administrativas nas forças de segurança, NÃO ACONTECEU!

A anunciada instalação de serviços partilhados comuns às forças de segurança nos domínios dos sistemas de informação e comunicações, NÃO ACONTECEU!

A anunciada modernização tecnológica dos órgãos de polícia criminal, designadamente a ligação em banda larga de todos os postos e esquadras, NÃO ACONTECEU!

Senhor Presidente
Senhores Ministros

Senhoras e Senhores Deputados

Tudo isto é suficiente para perceber a onda de crimes que tem vindo a varrer o País desde o Verão, criando um sentimento quase generalizado de insegurança, AO QUAL É PRECISO DAR RESPOSTA URGENTE!

Todos nos recordamos da forma abrupta como, pela primeira vez, alterações ao Código de Processo Penal entraram em vigor, criando uma enorme intranquilidade nos tribunais e uma maior especulação acerca da bondade das mesmas.

Todos fomos percebendo que, reforçando essas alterações o sistema de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos na investigação criminal, o Governo não as fez acompanhar de medidas de reforço da autoridade e eficácia policial.

Estes dois factos, da exclusiva responsabilidade do Governo, transformaram o Código de Processo Penal no “bode expiatório” de todos os



males.

Resposta do Governo à situação de insegurança criada:

Criação apressada de um regime de excepção ao Código de Processo Penal, através da alteração do regime jurídico das armas, criando assim o precedente para futuras alterações pontuais ao sabor dos acontecimentos de cada momento.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: Embora pareça não o saber, o Governo tem à sua disposição o único instrumento jurídico de natureza dinâmica, uma vez que ele próprio prevê a sua alteração face à modificação das circunstâncias que fundaram a sua aprovação, que é a “Lei Quadro de Política Criminal”, que define a condução da política criminal mais adequada a cada momento.

Será que o Governo entende que os acontecimentos criminais dos últimos meses não configuram essa modificação substancial das circunstâncias?

Nós acreditamos que sim!

E, por isso, entendemos que é neste diploma que devem ser efectuadas as alterações necessárias para o adequar à nova realidade criminal do nosso País.

Em primeiro lugar, consagrar nos “Crimes de Investigação Prioritária” (artigo 4º da Lei nº 51/2007) os praticados com o uso ou a detenção de armas.

Em segundo lugar, consagrar nas “Prioridades da Política Criminal” o fenómeno da criminalidade violenta, definindo-lhe os contornos e salientando a necessidade de efectiva articulação policial nas áreas da informação e da acção.

Em terceiro lugar, devem os normativos que condicionam o Ministério Público na promoção da aplicação da prisão preventiva e de prisão efectiva – artigos 13º e 15º da Lei nº 51/2007 (*Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2007-2009, em cumprimento da Lei nº 17/2006, de 23 de Maio*) ser modificados no sentido de

eliminar essas restrições, que não se justificam no contexto actual de acréscimo de fenómenos criminais violentos e graves.

Em quarto lugar, definir nos “Objectivos Gerais” (artigo 1º da Lei nº 51/2007) que estes deverão ser cumpridos através de órgãos de polícia criminal devidamente apetrechados e motivadores para a acção dos seus agentes.

A estabilidade da Lei Penal é fundamental

Criar regimes de excepção é

perturbador para quem a aplica, dá uma ideia de discricionariedade para quem dela é objecto e cria um precedente desestabilizador.

Neste puzzle da investigação criminal todo o cuidado é pouco na colocação e alteração das peças.

Por isso tivemos esta iniciativa, que consideramos a mais adequada para dar resposta eficaz aos novos tempos da criminalidade em Portugal, pondo termo à visão do Senhor Ministro da Administração Interna, de que o crime não existe. Disse.

Parlamento



Intervenção do Deputado José Cesário

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Há cerca de 2 anos o actual Governo decidiu lamentavelmente liquidar o porte pago para o envio de publicações e jornais portugueses para o estrangeiro.

Foi uma das suas primeiras grandes machadadas na relação entre Portugal e as suas Comunidades.

Porém, temos de recordar hoje que esse mesmo Governo, devidamente acolitado pelos senhores deputados socialistas, anunciou então que iria criar um portal da nossa imprensa regional, para superar as dificuldades de acesso às edições em Português por parte das nossas comunidades e de outros públicos.

Da mesma forma foi anunciado o firme propósito de levar a cabo outras acções de ligação à nossa imprensa da Diáspora que lhe permitisse uma melhor divulgação da nossa Língua e da nossa Cultura no exterior.

Porém, de então para cá, a que é que temos assistido?

O dito Portal nunca existiu.

A simples assinatura de jornais e outras publicações editadas em Portugal e postas à disposição de órgãos de comunicação social e associações portuguesas no estrangeiro tem vindo a ser drasticamente reduzida.

O fluxo informativo das nossas Comunidades, desde sempre garantido pelos órgãos de comunicação social do Estado, não garante o necessário pluralismo e é manifestamente reduzido.

Em suma, não existe qualquer esboço de uma política de comunicação social dirigida quer às nossas Comunidades, quer a outros públicos externos que se interessam por Portugal.

Dai, Senhoras e Senhores Deputados, esta nossa iniciativa.

Sentimos que, uma vez mais, temos de dar sinais a este Governo relapso e panfletário de como se deve governar.

Sim, propomos hoje medidas concretas de incentivo à comunicação social em Língua Portuguesa que existe um pouco por todo o mundo.



Muito concretamente, trata-se de desenvolver a política que iniciámos aquando da nossa passagem pelo Governo entre 2002 e 2004 e que o actual Governo tristemente interrompeu.

O que está em causa é sermos capazes de realizar acções que de uma forma estruturada atinjam objectivos como:

- Fomentar o lançamento de novos títulos e projectos jornalísticos;
- Apoiar a evolução qualitativa dos órgãos já existentes;
- Incentivar o associativismo entre tais órgãos de comunicação social;
- Promover a formação e a contratação de jornalistas portugueses;
- Dinamizar o intercâmbio entre órgãos da Diáspora e os que existem em Portugal.

Para nós, Deputados do PSD e ao contrário do PS, não será possível garantir uma mais eficaz relação entre Portugal e as suas Comunidades sem desenvolver políticas deste género.

Trata-se de dar sinais concretos de incentivo a todos aqueles que, abnegadamente e muitas vezes sem qualquer interesse pessoal, têm sido capazes de espalhar pelo Mundo a nossa Língua e a nossa Cultura através de largas dezenas de canais e programas de rádio e televisão e jornais com enorme visibilidade pública.

Só esperamos que uma vez mais o PS não meta a cabeça na areia e seja capaz de abandonar a sua postura petulante, ostracizante e até persecutória relativamente aos Portugueses que vivem e labutam fora de Portugal. Tenho dito!



Intervenção Política do deputado Miguel Frasquilho

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Os acontecimentos mais recentes vieram deixar muito claro, mesmo para os mais distraídos, que nos encontramos a atravessar a pior crise financeira desde a que precipitou a Grande Depressão de 1929-33 – e cujas consequências sobre a economia global são, ainda, absolutamente incalculáveis.

Ora, em Portugal, muitos andaram distraídos até há bem pouco tempo. E, triste sina a nossa: os mais distraídos estão no Governo do País.

Recordo que, há cerca de um ano, ainda a crise dava os primeiros passos, eu próprio interpelei o Ministro das Finanças sobre a crise que se abatia sobre o sistema financeiro, quer nos Estados Unidos, quer na Europa. A resposta não podia ser mais sobranceira: que não, que a nosso país, a nossa economia seguramente não seria afectada.

Esta mesma postura seria mantida até Abril deste ano pelo Governo como um todo, destacando-se o Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças e o Ministro da Economia, sendo que este, depois de já algumas vezes no passado ter decretado o fim da crise em Portugal, garantia a pés juntos que o nosso país não seria afectado pela crise.

Quando todos os Governos dos países europeus reviam em baixa, em alguns casos em baixa acentuada, as suas projecções de crescimento económico, o nosso Governo Socialista mantinha, numa muito pouco recomendável profissão de fé, o crescimento de 2008 nuns irrealistas 2.2% e prosseguiria, irresponsavelmente, uma política de festa e de anúncios de investimento sobre investimento, esbanjando o nosso dinheiro e pressionando mais e mais o nosso endividamento e o pró-prio custo do dinheiro.

Só quando os indicadores de confiança começaram a mostrar o inequívoco – e aí, a toda a pressa, reviu-se todo o cenário económico, tendo-se passado do 80 para o 8: uma postura muito pouco aconselhável e que não dá confiança a ninguém.

Acresce que, se a preocupação passou a fazer parte do léxico corrente do Governo, o bom senso continuou ausente, como se mostra em seguida.

Ainda ontem o Ministro da Economia decretou o fim do mundo como o conhecemos, referindo que “o mundo da prosperidade, que marcou os últimos 10 a 15 anos, terminou”.

Senhores Deputados, a nossa sorte foi que ninguém já o leva a sério, porque se assim não fosse, que danos causaríamos declarações como estas ao nosso país em termos de confiança?...



Mas que irresponsabilidade, que demagogia, que contradições com declarações de há apenas meses atrás, em que garantia que a crise não chegaria ao nosso país!...

Mas o problema, o mal, é que o exemplo vem de cima.

Há dias, em Guimarães, assumindo uma postura muito pouco própria para as funções de responsabilidade que desempenha, o Primeiro-Ministro diabolizou os mercados financeiros, apelidando a actividade aí desenvolvida como “jogo da bolsa”.

Senhores Deputados, como bem se está a ver, o sistema financeiro é demasiado sério para ser caracterizado como se de um casino se tra-tasse – o que é revelador até, de ignorância pelo seu papel capital para a remuneração das poupanças, a criação de riqueza e o desenvolvimento económico.



Mas há mais.

Continuando na sua senda politiqureira, o Primeiro-Ministro veio ontem culpabilizar unicamente os Estados Unidos pela situação a que se chegou, fechando os olhos ao que se passa na Europa, onde vários governos tiveram que intervir, injectando mais de 77 mil milhões de euros em bancos que revelaram dificuldades extremas.

A verdade a que os Portugueses têm direito é de que se a supervisão e a regulação falharam – e falharam, Senhores Deputados –, tal como o mercado também falhou, isso sucedeu a nível global. O que é confirmado se contabilizarmos as perdas assumidas até agora pelo sistema financeiro a nível mundial: cerca de 57% deram-se nos Estados Unidos – mas a Europa assumiu já cerca de 40%.

Esta realidade exigia, portanto, outro tipo de reacções e de declarações por parte dos responsáveis governativos portugueses. Declarações e afirmações irreflectidas, contraditórias, demagógicas e inconsequentes eram o que a população portuguesa não precisava de ouvir. O que se esperava – e que o PSD espera – é que as autoridades-responsáveis actuem com serenidade e tomem as medidas necessárias à regularização global do sistema.

É verdade que ontem José Sócrates veio emendar a mão e tentar tranquilizar os portugueses. Mas isso era o que devia ter feito desde o início – e não só depois de ter diabolizado o sistema financeiro; nem depois de ter

um Ministro da Economia que anuncia o fim do mundo!...

Infelizmente para nós, estes erros na acção do Governo já vêm de longe. Desde 2005 que tem vindo a falhar. Com uma política económica global perfeitamente desastrosa.

Que fez disparar a dívida externa para 100% da riqueza produzida anualmente no país e o défice externo para 10%.

Que enviou um sinal profundamente errado às famílias, de desincentivo à poupança, alterando em seu desfavor as regras dos certificados de aforro – quando, nos tempos em que vivemos, o que era avisado era fazer exactamente o contrário.

Que tem vindo a fazer com que a competitividade da economia portuguesa desça todos os anos, tornando o país cada vez menos atractivo ao investimento.

Que fez baixar o défice público sempre à custa de mais impostos que têm vindo a sufocar a vida das famílias e das empresas, e a fazer definharem a nossa economia. E que, ao mesmo tempo, com o falhanço do PRACE, não conteve as despesas de funcionamento do Estado como devia ter acontecido e tinha sido planeado em 2005.

Uma política económica, Senhores Deputados, que tem apostado em projectos de investimento público não reprodutivo pressionando inoportunamente o endividamento nacional – a última coisa de que Portugal precisava – e que, sabe-se agora, na sua vertente rodoviária, foram planeados com valores absolutamente irrealistas, que na maior parte dos casos estão subavaliados em mais de 100%.

Começam até a levantar-se várias vozes a defender o repensar, o reequilibrar do plano de expansão rodoviária actualmente em curso e de todo o plano de investimentos públicos, dando razão ao que ao que o PSD há já alguns meses vinha alertando aos Portugueses.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Não é de agora que a política do Governo socialista está errada, mas a crise que atravessamos torna mais evidente esse erro. E sobretudo torna mais difícil à propaganda socialista esconder os seus falhanços e continuar a enganar a população.

É nos momentos de maior dificuldade que se vê o melhor de cada um. E a verdade é que, até agora, o Governo socialista e o Primeiro-Ministro não mostraram estar à altura do que o país precisa.

Muito obrigado.

INTERVENÇÃO Deputado Luís Montenegro

Há uma nota que fica clara de todo este debate: a precipitação, senão mesmo a desorientação do Governo em matéria de segurança e combate à criminalidade grave e violenta.

Incapaz de responder e travar a eclosão de novos fenómenos criminais e o crescente sentimento de insegurança;

Impotente para por em prática medidas que evitassem os episódios de descoordenação entre forças policiais;

Fracassadas as pré anunciadas, e erradas, políticas de gestão de recursos humanos, com congelamentos e descongelamentos de admissões e readaptações de agentes;

Incapaz de motivar os profissionais que prestam serviço nos órgãos de polícia criminal e desencadear processos expeditos e eficazes de os apetrechar com instrumentos e equipamentos adequados;

Ridicularizada a estratégia de subestimação dos sinais de agravamento da situação no tocante aos crimes graves e violentos, que pretendia escamotear a realidade com números e estatísticas (como sempre fez o MAI vangloriando-se com um sorriso nos lábios

com diminuições de participações deste ou daquele crime, ou como fez o PM aqui há uma semana, com o mesmo sorriso, esquecendo-se ambos que a questão são os novos fenómenos que a sociedade apreende, vê e ouve diariamente e geradores de medo e insegurança);

Insensível – vamos ver no debate seguinte – a intervir nos instrumentos legislativos próprios, como na lei de política criminal (aliás, como reconheceu ainda hoje o MJ na 1ª comissão) que apesar de ser de política criminal não estabelece uma estratégia clara de ataque a esses mesmos fenómenos;

Enfim, falhado nos resultados e irresponsavelmente só, isolado, na definição das traves mestras do sistema de segurança interna e investigação criminal, vem agora o Governo, repito, precipitado e desorientado enxertar um novo regime penal na lei das armas, ao mesmo tempo que nas matérias que nela devem figurar como sejam o regime de uso, comércio e detenção de armas – não de pessoas – propõe um conjunto extenso de alterações que requerem também elas muita ponderação.

É árduo o trabalho desta Assembleia.

A bem do prestígio dos órgãos de soberania, em especial deste parlamento representativo do povo português e quem a CRP e o nosso sistema político conferem o poder supremo de legislar, temos muito que trabalhar nesta iniciativa.

Desde logo temos muito que ouvir e reflectir.

Até porque este diploma é pródigo em incorrecções, imperfeições e erros de sistematica jurídica.

À cabeça, claro está, a questão da inserção na lei das armas dum novo regime que se refere à matéria



fundamental da restrição à liberdade dos cidadãos.

Trata-se duma área da competência exclusiva da actividade jurisdiccional, tutelada na CRP e que impõe todo o cuidado nas respectivas opções político-legislativas.

É no mínimo estranho que seja um penalista de reconhecido mérito a propor regulamentar a matéria da detenção, quer em flagrante delito quer fora de fora de flagrante delito, e a medida de coacção da prisão preventiva, desta forma.

Mas tão preocupante como isso é a sua redacção e o seu âmbito material.

Vejamos alguns exemplos:

O n.º 3 do artigo 86º prevê a agravação de um terço nos seus limites mínimo e máximo das penas aplicáveis a crimes cometidos com arma, exceptuando os casos em que o porte ou uso de arma for elemento do respectivo tipo de crime ou a lei já previr agravação mais elevada para o crime, em função do uso ou porte de arma.

Esta agravação não será, assim, aplicada, por exemplo, nos casos de furto, roubo ou extorsão cometidos com arma, que já são agravados em função do uso ou porte de arma.

Será, todavia, aplicada indistintamente a qualquer crime cometido com arma, no que constitui um agravamento generalizado («cego») das penas dificilmente compaginável com o princípio da adequação e da proporcionalidade.

O n.º 4 considera que o crime é cometido com arma quando qualquer participante trazer, no momento do crime, arma aparente ou oculta, ou seja, basta que um dos agentes traga, no momento do crime, arma que o crime é sempre agravado para todos, mesmo que a arma seja legal.

Não se percebe muito bem porque razão esta norma só contempla a autoria em comparticipação e não também a autoria singular.

Se a regra estivesse dirigida ao autor singular é óbvio que se aplicava também à comparticipação, por força do disposto no artigo 28º do Código Penal, que estende a responsabilidade penal aos demais agentes que participam no crime.

O contrário é que já não é legalmente possível. É intenção do Governo excluir do regime aplicável aos crimes cometidos com arma os autores singulares?

Na detenção em flagrante delito parece inequívoco que o 95º-A n.º 1, 2ª parte, consagrará uma excepção à regra do art. 385º n.º 1 do C.P.P., que veio reforçar o princípio da subsidiariedade da detenção, ao estabelecer que no caso de não ser possível a apresentação imediata ao juiz o arguido só ficará detido se houver razões para crer que não se apresentará espontaneamente no prazo fixado.

Nos crimes de armas e com armas a regra passará a ser a de não libertar, mesmo que a detenção ocorra no fim-de-semana e se trate de crime pouco grave. Poderá ser o caso de alguns dos crimes previstos na “Lei da Caça”, que são também *crimes cometidos com armas*, na medida em que o projecto parece pretender que não fique de fora do regime excepcional qualquer crime que envolva armas.

Mas também o MP fica limitado nas suas opções. Enquanto o regime geral do art. 382º n.º 3 do C.P.P. possibilita ao MP – quando não for possível iniciar a audiência em 48h – que liberte o arguido ou o apresente para aplicação de medida de coacção, o regime excepcional das armas parece apontar para que não poderá libertá-lo, antes deve apresentá-lo para 1º interrogatório judicial para eventual aplicação de medida de coacção (mesmo que entenda ser suficiente o TIR ou se tratem de bagatelas que aqui também cabem).

E pergunta-se ainda: este regime excepcional das armas sobrepõe-se também ao disposto no artigo 261º do C.P.P., ou seja, à libertação imediata do arguido por parte do MP ou de entidade policial, nos casos de erro ou de desnecessidade?

Sobre a prisão preventiva (artº 95º-A n.º 4)

A Constituição da República Portuguesa, na revisão de 1997, veio alterar o artigo 28º consagrando inequivocamente a natureza excepcional da prisão preventiva.

Qualquer intervenção legislativa tem sempre que se submeter, neste domínio, aos princípios constitucionais da legalidade, necessidade, adequação, proporcionalidade e subsidiariedade.

O percurso legislativo do C.P.P. terminado em 2007, no que diz respeito à prisão preventiva, mais não veio do que concretizar o que a C.R.P. possibilitava.

A norma do artigo 95º-A, n.º 4, surgindo desenraizada do regime legal da prisão preventiva (máxime art. 202º do C.P.P.), tanto do ponto de vista literal,

como sistemático, permite o entendimento de que o Governo pretenderá a aplicação da prisão preventiva, como regra, aos *crimes de armas e com armas*.

Tratar-se-á assim de uma norma antagonica ao percurso legislativo e constitucional percorrido, suscitando a sua análise dúbidas significativas na sua possível compatibilização constitucional.

Desde logo o Governo, ao contrário do disposto na CRP (artigo 28º) e C.P.P. (artigo 202º) não parece sensível ao princípio constitucional da adequação e proporcionalidade na aplicação das restrições constitucionais à liberdade, ao estabelecer o inciso peremptório de que «É aplicável ao arguido a prisão preventiva...», não fazendo referência, previamente, ao juízo de inadequação e insuficiência das restantes medidas de coacção no caso concreto.

Isto é, não é efectuado qualquer juízo de ponderação e proporcionalidade, permitindo caucionar situações de prisão preventiva porventura extremamente lesivas dos direitos das pessoas.

E não é levado em consideração, dentro das próprias condutas relacionadas com armas, e apenas no que diz respeito à questão da aplicação da prisão preventiva, a diferenciação entre armas com perfis de perigosidade absolutamente diferentes quer pela sua capacidade de criar perigo quer pela sua capacidade de criar danos.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS: a estas questões, e outras que se suscitam no âmbito do novo regime penal proposto, acrescem muitas outras oriundas das alterações introduzidas no restante normativo da lei das armas.

O tempo não nos permite hoje descer à especialidade para debater desde já as repercussões desta proposta em áreas importantes como a caça, as actividades desportivas praticadas com armas de fogo e sem elas (como o paintball), o comércio de todos os produtos inerente a essas actividades e o papel das forças de segurança, em especial a PSP, a vários níveis.

No entanto, lançamos daqui o alerta e a nossa total disponibilidade para ponderadamente aproveitarmos esta oportunidade para lograr obter melhorias legislativas neste domínio.

É certo que para isso, quer o Governo quer o PS, têm de mudar de postura.

Cabe-lhes a responsabilidade de abandonar o caminho de precipitação e desorientação que vêm percorrendo em matéria de segurança, ouvindo o país e esta Assembleia.

Bem sabemos que até aqui falharam. Mas sendo a Segurança estruturante na organização do Estado e no funcionamento da democracia, era bom que concluíssem rapidamente que mais vale mudar tarde do que nunca:

Não podendo mudar já de Governo, mudem ao menos de política. Disse!



Primeiro aniversário dos novos Códigos de Penal e Processo Penal

Sérgio Santos (*)

No dia 15 de Setembro de 2007, procedeu-se à revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Passado um ano a realidade é bem diferente da antevista, na altura, pelo Governo.

Esta revisão tem sido alvo de críticas por parte de todos os agentes da justiça. Desde juizes, aos advogados passando pelos magistrados do Ministério Público, todos são unânimes em apontar as graves deficiências destes Códigos.

Diversos magistrados e advogados estabelecem um nexo de causalidade entre a nova legislação e o acréscimo da criminalidade e criticam, energeticamente, as mudanças à prisão preventiva.

Para estes auxiliares da justiça as alterações de prazo no segredo de justiça introduzidas pela actual lei processual penal estão a provocar dificuldades nos casos de investigação mais complicados e morosos.

Começa a ser claro, para todos os portugueses, que o novo Código de Processo Penal não consegue harmonizar as garantias de defesa do arguido com a segurança das pessoas e da sociedade, dando sinais de debilidade.

Ninguém discorda que as garantias de defesa têm que estar fortemente consagradas no Código de Processo Penal, pois essas garantias são uma segurança social de que a acção penal não vai colidir com os direitos fundamentais dos cidadãos.

Porém, este governo não teve a prudência de encontrar um “ponto de equilíbrio” entre estas garantias e a eficácia da investigação criminal, fazendo com que a investigação criminal “tenha um papel quase secundário” no procedimento penal.

Este Novo Código de Processo Penal, irreflectidamente, passa uma mensagem de impunidade aos criminosos, motivando que o sentimento de segurança dos portugueses tenha diminuído 70 por cento.

Outro dos motivos apontado para a debilidade destes Códigos é que deveria ter havido um período de “*vacatio legis*”, ou seja, os Códigos deveriam ter entrado apenas em vigor após um período de tempo depois da sua publicação no Diário da República.

O normal seria terem entrado em vigor no início do ano judicial seguinte, dando assim tempo para os agentes da justiça analisarem e interiorizarem as alterações introduzidas e não serem forçados a estudar e a aplicar a lei em simultâneo, o que leva, invariavelmente, a erros de interpretação da lei e consequente incorrecção na sua aplicação.

Mesmo perante tais evidências, este governo teima em não proceder às alterações necessárias e ajustar estes Códigos à realidade. Só por arrogância e falta de compreensão da realidade é que o governo não acolhe as medidas mais correctas e continua a insistir em manter inalterados os Códigos.

O Ministro da Justiça diz que as leis penais não devem ser revistas em função de emoções e acontecimentos de momento. Mas esquece-se que foi em função de acontecimentos de momento que esta reforma foi efectuada rapidamente e sem a discussão e análise imprescindíveis para uma reforma desta importância e envergadura.

Em vez de promover operações da GNR e da PSP a fazer lembrar a série “coops”, este executivo deveria sim investir nas forças de segurança, dotá-las dos meios humanos e logísticos, criar um sistema integrado de informação criminal que produza uma eficaz partilha de informação entre todos os órgãos de polícia criminal.

O Procurador-geral da República, em tempos, afirmou que “Se a reforma levar a uma justiça melhor estou a 100 por cento com a reforma. Se houver uma justiça pior, estou a 100 por cento contra a reforma. Não tem nada que saber”.

Perante as “provas” produzidas, só posso sentenciar esta reforma como pior para a justiça, como tal estou 100% contra.

(*) - Jurista, Vice-presidente da JSD/Gaia



Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação

Transcrevemos a declaração de voto dos vereadores do PSD, sobre a controversial Transferência de Competências para os Municípios em Matéria de Educação

Se muitos podemos reconhecer a necessidade de realização de reformas profundas no sector da Educação e admitir, até, que algumas das medidas do Governo para este sector (como por exemplo a generalização das AEC - Actividades de Enriquecimento Curricular) foram claramente positivas para a melhoria do serviço prestado - independentemente da aplicação prática que resultou da gestão do processo por parte de cada Autarquia, não é também difícil identificar inúmeras decisões que parecem pouco ponderadas e mal sustentadas, do ponto de vista técnico e político.

Assim, para lá da lógica de confrontação assumida com a classe docente em geral e das precárias condições oferecidas aos professores das referidas AEC, a “transferência de competências” para os Municípios neste sector veio também criar sérias incertezas aos profissionais não docentes, que se poderão ver envolvidos numa dúbida dupla tutela nos Municípios que adiram aos “Contratos de Execução” propostos pelo Governo.

Como refere um documento elaborado pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, este Contrato não permite, “através das competências a transferir assumir uma gestão efectiva de pessoal, mas apenas uma gestão administrativa das suas carreiras”, passando a “existir pessoal da câmara municipal com tratamentos distintos, sujeitos a regulamentos diferentes, com objectivos de trabalho que nem precisam estar em articulação”.

Embora sustentada em razões predominantemente financeiras foi, porém, tranquilizante constatar a tomada de posição de diversas Autarquias que já expressaram a sua recusa em assumir estas competências no próximo ano lectivo.

Em Braga, em anterior reunião do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara assumiu também que só aderiria a este projecto se a dotação financeira fosse compensadora.

Não se conseguindo depreender de tal declaração se a Autarquia pretendia utilizar esta possível transferência de competências como fonte de financiamento, tal como aconteceu com o processo das AEC, a mesma era

ainda assim de saudar.

Final, segundo se pode facilmente constatar, mesmo nos estabelecimentos escolares que já estão sob a sua tutela há diversos aspectos conjunturais e estruturais a corrigir, pelo que não parecem reunidas as condições para assumir, neste cenário nebuloso, competências adicionais.

Todavia, o Presidente da Câmara Municipal de Braga aproveitou a iniciativa com que assinalou na passada semana o início do novo ano lectivo para tornar pública a adesão da CMB aos contratos de transferência de competências para os Municípios em matéria de educação, assim sucumbindo às fortes pressões e ao canto da “sereia” do Ministério e da Direcção-Regional de Educação.

Na óptica dos Vereadores signatários, e na linha da posição também assumida pelo próprio Presidente da República, esta política de delegação de competências nas Autarquias é positiva e deve ser reforçada para vários outros domínios que agora não foram contemplados.

Afinal, se atentarmos às matérias abrangidas, verificamos que a esmagadora maioria consistem em vertentes que já hoje eram desenvolvidas pelas Câmaras mediante participação financeira do Estado (na acção social escolar, fornecimento de refeições, transportes ou actividades de enriquecimento curricular).

Sobra, pois, muito pouco e com as condicionantes para que a ANMP já alertou.

Recorde-se, ainda, a este propósito, as recentes declarações do Presidente da CM Lisboa, António Costa, que justificava a não adesão desta Autarquia com as “restrições financeiras da Câmara” e os “investimentos em curso”, colocando a ênfase naquilo que serão as responsabilidades da Câmara em detrimento dos potenciais benefícios. Estará a Câmara Municipal de Braga preparada para assumir tais responsabilidades?

Junto com o protocolo que hoje apreciamos há, porém, alguns dados devem merecer breves reflexões.

1) Desde logo, o valor da transferência de verbas para suportar as actividades de enriquecimento curricular atinge os 1,9 milhões de Euros, para um total de 7291 alunos. Isto é, a Câmara recebe cerca de 262,5 Euros por cada aluno do 1º Ciclo só



para este efeito.

Assim sendo, não poderia ser mais expedita na disponibilização de materiais de apoio? Não poderia dar outra estabilidade e condições à colaboração dos professores contratados para estas áreas?

2) Num outro plano, a Câmara fica responsável pela manutenção e apetrechamento das Escolas André Soares, Cabreiros, Celeiros, Francisco Sanches, Lamações, Cávado, Gualtar, Nogueira, Frei Caetano Brandão, Palmeira, Real e Tadim.

Se ainda não pôde intervir no reforço da segurança da escola de Tadim, porque “nada chegou ainda oficialmente aos responsáveis da maioria socialista”, será que é desta que avança o almejado Pavilhão para a Escola Francisco Sanches?

3) Nas Escolas abrangidas pelo protocolo, faltam 57 trabalhadores para pessoal auxiliar e três para pessoal administrativo. Na perspectiva do Presidente da Câmara, será agora possível preencher essas vagas com o que a Autarquia vai receber do Ministério, sendo que a gestão desses funcionários, os únicos com mobilidade, permitirá tapar as necessidades pontuais que surjam.

E o Ministério da Educação, o que andou a fazer até agora? Que garantias deu aos pais e alunos de que estes tinham o acompanhamento necessário nas suas escolas?

Por todos estes motivos, os Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga” abstêm-se na votação desta proposta. - *Os Vereadores Eleitos pela Coligação “Juntos por Braga”, Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Carlos Gomes*

Muro das lamentações da freguesia de Ruilhe

Da freguesia de Ruilhe, recebemos esta correspondência, que com prazer divulgamos, manifestando o nosso acordo ao sentir ruilhense.

Finalmente já temos o nosso muro das lamentações, ou será muro da vergonha?

Já nos podemos lamentar para quando a finalização do muro, ou teremos que esperar até às próximas eleições, para o Sr. Presidente da Câmara, fazer a inauguração...

A paragem de 4 meses, será por falta de pagamento? É lamentável a imagem que passa para o exterior, uma vez que este muro fica frente ao apeadeiro de Ruilhe.

Estamos fartos de ver a via ocupada, com lixo.....

Já nos podemos lamentar, pelo início das obras de requalificação do Adro da Igreja.... Será que são para começar em ano de eleições?

Já nos podemos lamentar, pelas obras de rede viária (nenhuma começada) ...

Já nos podemos lamentar, pelo atraso da compra do Talegre, para que as obras de melhoramento possam ser efectuadas pela Câmara, para podermos beneficiar deste pólo, onde os nossos jovens possam praticar desporto (Promessa Eleitoral).

Podemos lamentar...a construção do Parque de Estacionamento atrás do cemitério.

Poderia enumerar todas as obras prometidas, mas nenhuma iniciada.

Quero lembrar ao Sr. Presidente da

Notícias de Ponte de Lima

Homenagem a Lucas Pires no 10.º aniversário da sua morte

A Comissão Política Distrital do PSD do Alto Minho prestou hoje, em Ponte de Lima, uma homenagem a Francisco Lucas Pires, assinalando o 10.º aniversário do seu falecimento.

Depois da celebração da Eucaristia, na igreja matriz local, realizou-se uma sessão solene, no teatro Diogo Bernardes, com intervenções de Manuel Freitas, Nogueira de Brito, Carlos Encarnação e Barbosa de Melo.

Os quatro oradores, partindo da ligação pessoal e de amizade que cada um manteve com o homenageado, foram unânimes em assinalar a grandeza do académico, do político, do cidadão, do amigo...

Aliás, logo na abertura, a dirigente distrital que protocolou a sessão, Rosa Maria Arezes apresentou Lucas Pires como alguém que se aplicou ao saber para mais bem fazer o Bem, na Universidade, na intervenção política, na vida. Dez anos depois da sua partida, continua a ser um dos nossos “barões assinalados”, pelo que – acrescentou – é justo que o cantemos e que espalhemos por toda a parte a grandeza sublime do seu espírito, a lucidez arrebatadora da sua inteligência, o sorriso penetrante das suas convicções, o exemplo notável da sua vida.

Da sua personalidade afável e simples e da sua inteligência brilhante falou o Presidente da Assembleia Distrital do PSD no Alto Minho.

Recordando as autárquicas de 1997, em que ambos estiveram envolvidos no mesmo projecto político para Viana do Castelo, Manuel Freitas disse que Lucas Pires era um eterno jovem com ideias muito avançadas para o seu tempo e um comunicador espontâneo que despertava empatia em todas as pessoas com quem lidava.

Nogueira de Brito, por sua vez, enalteceu as qualidades intelectuais, académicas, políticas e humanas do



homenageado.

Depois de recordar o seu percurso político e algumas das suas iniciativas mais marcantes, como as famosas “Jornadas de Ofir”, Nogueira de Brito realçou que Lucas Pires foi um homem comprometido com as ideias e os princípios e um defensor apaixonado da construção europeia.

A sua capacidade inventiva e a marca inovadora e original que, desde os tempos de estudante na Universidade, imprimia a todos as actividades em que se envolvia foram aspectos sublinhados por Carlos Encarnação.

Para este amigo pessoal do homenageado, Lucas Pires teve um papel relevante no período quente pós revolucionário, ao defender e contribuir para a vitória da primazia da Constituição sobre a Revolução.

Foi, igualmente, o grande obreiro da fundamentação ideológica e política

da Aliança Democrática e um factor determinante da unidade e estabilidade desta coligação, no âmbito da qual exerceu um notável papel como ministro da Cultura.

Foi ainda – destacou Carlos Encarnação – um dos grandes construtores do projecto europeu e, porventura, o principal responsável pela adesão do PSD ao Partido Popular Europeu.

Matriz cristã da Europa

Amigo e grande admirador de Lucas Pires de quem foi professor e, mais tarde, colega nas lides académicas, Barbosa de Melo recordou a luta do homenageado pela consolidação da democracia em Portugal e pela construção de uma Europa diversa.

A grande mensagem de Lucas Pires tem a ver com a Europa da Cultura,

pois defendeu como poucos o lugar que o Cristianismo tem no espírito e na matriz do velho continente.

A Europa – disse – tem de ter em conta a herança do Cristianismo e Lucas Pires, interpretando a vaga de laicismo militante que se começava a fazer notar, não sentiu pejo em olhar para a Europa como cristão político e, a este propósito, escreveu textos admiráveis.

Barbosa de Melo concluiu a sua intervenção enaltecendo a nobreza de carácter de Lucas Pires, que ilustrou com o relato de quatro episódios da sua vida.

Em nome da família, Rafael Lucas Pires agradeceu a homenagem. Aprecio o mérito académico e político do meu pai, mas – sublinhou – nada me enche mais de orgulho do que ouvir falar da sua nobreza de carácter.

Encerrou a sessão o Presidente da Comissão Política Distrital do PSD do Alto Minho, realçando o legado de Lucas Pires, as suas qualidades de visionário, o sentido de dedicação e de responsabilidade e a nobreza de carácter que sempre manifestou.

Eduardo Teixeira destacou ainda a forte ligação de Lucas Pires ao Distrito, em particular aos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, e, referindo-se às muitas mensagens que haviam chegado à organização, leu dois testemunhos, enviados, respectivamente, por Roleira Marinho e por Marques Guedes, Secretário-Geral do PSD. – *CPD, Alto Minho*



Notícias de Santarém

Conclusões da Assembleia Distrital do PSD

Reuniu, no dia 3 de Outubro, em Fátima, concelho de Ourém (no Hotel Cinquentenário), a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, onde têm assento os delegados eleitos por todas as concelhias do PSD do distrito, pela JSD, pelos Trabalhadores Sociais-Democratas e pelos Autarcas Sociais-Democratas, tendo-se decidido tornar públicas as seguintes conclusões finais em

COMUNICADO

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2009 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Desde a vitória de 2001, renovada em 2005, o PSD voltou a ser o maior partido no Poder Local – quer no conjunto das Câmaras Municipais quer no universo nacional das Juntas de Freguesia – com resultados visíveis no progresso das comunidades locais, desenhando projectos, criando obra e projectando o futuro.

Neste contexto, e de acordo com as orientações aprovadas pela Comissão Política Nacional que foram ratificadas pelo Conselho Nacional do PSD, ambos em 18 de Junho de 2008, a Comissão Política Distrital do PSD de Santarém propõe à Assembleia Distrital do PSD de Santarém, reunida em 3 de Outubro de 2008, em Fátima, os seguintes princípios políticos orientadores, como contributo para o esforço nacional de vitória que se exige ao PSD:

1. OBJECTIVOS

1.1 - Para consolidar e renovar esse progresso é indispensável que o PSD



ganhe as eleições autárquicas de 2009 e o distrito de Santarém contribua para tal com as seguintes metas:

a) Reforçar o número de Presidências de Câmara Municipal que o PSD actualmente detém (7) relativamente ao número que o Partido Socialista apresenta (9), nos 21 Municípios que compõem o distrito de Santarém (em 308 nacionais), aumentando a sua representatividade distrital no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) onde o PSD deverá assegurar a manutenção da sua Presidência;

b) Aumentar o número de Presidências de Junta de Freguesia (59), reforçando o peso local dos autarcas sociais-democratas (nas 193 Freguesias) que compõem o distrito de Santarém (das 4.125 Freguesias nacionais) ambicionando contribuir para a manutenção da Presidência da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE);

c) Aumentar o número de mandatos em todos os órgãos

autárquicos (Vereadores, Juntas de Freguesia, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia), com especial destaque para o contributo que consubstanciará a futura composição das Assembleias das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, sem esquecer o singular caso político – administrativo do concelho de Mação;

1.2 – Preparar 2013:

A legislação da limitação de mandatos mobiliza todos os responsáveis políticos distritais e locais a preparar o desafio autárquico de 2013 nas escolhas de 2009, numa atitude de responsabilidade para com a continuidade dos nossos projectos autárquicos e dos interesses dos municípios que servimos.

1.3 – Renovação dos Quadros Autárquicos:

As equipas com que nos apresentarmos devem também ter uma perspectiva de futuro, na continuidade do projecto social-democrata, apostando na desejável participação de jovens quadros e no desenvolvimento do desempenho da Juventude Social-Democrata (JSD).

Neste contexto, consideramos que a Lei da Paridade não é um constrangimento. Pelo contrário, deve constituir uma oportunidade e um incentivo acrescido para a renovação de equipas.

2 ESTRATÉGIA

Para o sucesso que ambicionamos se concretize, o PSD deve prosseguir uma orientação assente em quatro pilares fundamentais:

§ Procurar, ao nível de cada autarquia, apresentar os melhores candidatos – aqueles que estiverem em condições de protagonizar um projecto sério e coerente de desenvolvimento e se encontrem em melhores condições de compreender e responder aos anseios das populações locais;

§ Reconhecer o trabalho realizado por aqueles que foram eleitos Presidente de Câmara Municipal em 2005, candidatando-os a novo mandato – sempre que possível e desde que estejam disponíveis para o fazer;

§ Garantir que o modo de selecção dos candidatos se faça em articulação entre as estruturas concelhias, as estruturas distritais e a direcção política nacional, no respeito integral pelas disposições estatutárias que regulam esse processo;

§ Apreciar, caso a caso, a atitude a assumir nas situações em que o PSD se apresentou, nas eleições anteriores, em coligações com outras forças partidárias;

Os critérios de exigência por que nos regemos obrigam o PSD a apresentar ao nosso Distrito, os melhores em cada Município e em cada Freguesia, privilegiando sempre a competência, a honestidade e a credibilidade.

Além dos melhores candidatos, o PSD tem de se apresentar com os melhores projectos e com a solidez dos seus princípios programáticos.

O PSD deve concorrer ao maior número possível de órgãos autárquicos das Freguesias e dos Municípios em listas próprias, que afirmem os nossos valores e o nosso programa.

Excepcionalmente, poderão ser estabelecidas coligações, fruto de uma avaliação política individualizada, nas autarquias onde já existam ou em autarquias onde se revelem soluções vencedoras com vantagens para as populações.

A apresentação pública de candidatos só deve ocorrer após concluído todo o processo político de decisão interna, e seguindo uma adequada programação articulada com a Comissão Política Distrital e a CPN.

3 C O M I S S Ã O C O O R D E N A D O R A AUTÁRQUICA DISTRITAL:

A Comissão Política Distrital do PSD de Santarém propõe à Assembleia Distrital do PSD a constituição da Comissão Coordenadora Autárquica Distrital (CCDA) a integrar os seguintes membros:

§ - Miguel Relvas (Coordenador Distrital);

§ - Octávio Oliveira;

§ - José Luis Ribeiro dos Santos;

A CCDA cabe coadjuvar a CPD, particularmente o seu Presidente Vasco Cunha, no processo político autárquico, desenvolvendo toda a articulação entre a Direcção Política



Graves decisões do Governo em relação ao Metro

Distrital e as Concelhias na escolha e designação dos candidatos à Presidência das Câmaras Municipais e, bem assim, na avaliação política que fundamenta o estabelecimento de coligações ou outros modelos de candidatura.

Esta Comissão articular-se-á, nos mesmos termos, com os representantes distritais dos Autarcas Sociais Democratas (ASD) do distrito de Santarém, designadamente com o seu principal responsável político distrital, o Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, Jaime Ramos, colhendo o conhecimento e a experiência que esta estrutura tem da realidade autárquica.

4 CALENDARIZAÇÃO:

Nos Municípios em que se decidir pela recandidatura do Presidente de Câmara Municipal, a homologação pela Comissão Política Distrital (CPD) e pela Comissão Política Nacional (CPN) deve ocorrer até ao final do primeiro trimestre de 2009. Nos restantes Municípios, as homologações pela CPD e pela CPN das candidaturas, deverão ter lugar até ao final de 2008.

Nos Municípios onde a avaliação política apontar para coligações, as propostas deverão ser apresentadas à Comissão Coordenadora Autárquica/ Comissão Política Distrital de Santarém, com a fundamentação clara dum base de vontade local – expressa através das Comissões Políticas Concelhias – que corresponda ao legítimo anseio de mudança sentido pelas populações, até Novembro de 2008.

Reiterar que estes entendimentos e acordos pré-eleitorais abrangem as diversas formas de participação política dos cidadãos, designadamente as iniciativas de movimentos de independentes e não visam exclusivamente a participação de actores dos partidos políticos.

5 RECOMENDAÇÃO POLÍTICA:

Tendo em consideração o superior interesse de abordar e realizar os três actos eleitorais de 2009 num clima de estabilidade que favoreça o empenhamento total das estruturas e dos militantes, recomenda-se aos órgãos partidários que cessam os seus mandatos no 1.º trimestre de 2009 para realizarem as respectivas eleições até Dezembro de 2008, enquanto aos que cessam os mandatos entre Abril e Outubro de 2009, para convocarem as respectivas eleições em Novembro de 2009.

Tratando-se de uma Recomendação, esta norma não tem força jurídica Estatutária, pelo que caberá aos órgãos políticos concelhios e distritais, em exercício de funções, a determinação final e a interpretação extensiva desta Recomendação.

- O Presidente da CPD/PSD de Santarém, Vasco Cunha



A concelhia do Porto do PSD reuniu sexta-feira de urgência para analisar “as graves decisões do Governo em relação ao Metro do Porto” e tomar posição sobre elas, disse à Lusa o seu presidente

Sérgio Vieira considerou que “ao longo destes últimos três anos, este Governo socialista tem tomado decisões muito prejudiciais para a cidade do Porto”.

“Infelizmente, acho que a um ano de eleições autárquicas esta atitude tende a agravar-se, como o comprova esta decisão do ministro Mário Lino”, acrescentou.

A Comissão Executiva do Metro do Porto (CE/MP) apresentou quarta-feira a 2ª fase da expansão da rede, que tem um prazo de conclusão previsto para 2018 e atira a 2ª linha de Gaia e a ligação Matosinhos/Porto, através da Avenida da Boavista para a 2ª fase, a completar até 2022.

A proposta mereceu fortes críticas do presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, e da autarquia de Gaia, com o primeiro a acusar o Governo de “má fé” e de não pretender fazer “nada, ou quase nada” para expansão da rede do Metro.

A concelhia acusou o ministro Mário Lino, de fazer “tábua rasa” do que tinha acordado sobre o Metro e alertou para a possibilidade do novo projecto “reeditar a estratégia eleitoral do ‘folhetim’ Túnel de Ceuta”.

Em comunicado assinado pelo presidente da concelhia, Sérgio Vieira, os social-democratas consideram que o calendário e o traçado para a segunda fase do Metro do Porto vêm “na senda de uma sanha persecutória contra a Cidade do Porto e os portueses.

“Primeiro, foi o embargo do túnel de Ceuta, onde o PS acreditou que teria algum ganho eleitoral nas últimas autárquicas, desprezando os interesses

da população. Agora, é a expansão do Metro do Porto! Será que é a reedição da mesma estratégia eleitoral do ‘folhetim’ Túnel de Ceuta?”, questionam.

O PSD considera, no comunicado, que para o ministro das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações “honrar um compromisso parece não tem qualquer valor” mas afirma que, apesar de considerar que Mário Lino falhou os compromissos assumidos no memorando de entendimento assinado com a Junta Metropolitana do Porto, é inglório pedir a sua demissão”

“O primeiro-ministro, por razões insondáveis, ainda não o demitiu e o próprio ministro ainda não teve a decência política de sair e dar lugar a outro, que, pelo menos, honre a palavra dada e a assinatura escrita”, refere o comunicado.

Os social-democratas afirmam que “a decisão apresentada esta semana foi preparada nas costas do Conselho de Administração do Metro. Antes de ser apresentada formalmente, já surgia em alguns órgãos de comunicação social e já alguns dirigentes do PS local se congratulavam com a decisão a apresentar, em declarações públicas de paternidade um pouco envergonhadas.

“É inqualificável o comportamento do Governo sobre o Metro do Porto”, consideram, acusando o PS de ter parado e centralizado o projecto, retirando para Lisboa a sua gestão e “nomeando alguns boys para órgãos dirigentes da empresa”.

“Não é uma atitude nova naquele que é o Governo mais centralista e controlador de que há memória no nosso País. É o mesmo Governo que maltrata o Poder Local, que quis passar a indicar o presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte - antes eleito pelos Autarcas - e que chegou a

ponderar, com uma desfaçatez total, poder vir a ser o Governo a nomear os presidentes das Juntas Metropolitanas, para assim as poder domesticar, silenciar e controlar”, acusa o PSD.

Os social-democratas recordam que “em 21 de Maio de 2007, depois de dois anos de mandato, finalmente assinou um memorando de entendimento com a Junta Metropolitana sobre o ‘desenvolvimento’ do Metro do Porto. Assinando esse Memorando com a presença do senhor primeiro-ministro [o ministro Mário Lino] fez, esta semana, tábua rasa do que tinha acordado com a JMP.

Este comportamento, consideram, “revela deslealdade, má-fé e falta de seriedade para com todos os membros do Conselho de Administração do Metro do Porto, à excepção dos boys nomeados” e “só poderia ser a atitude de um Governo que apresenta uma proposta de expansão do Metro do Porto que não está assente em quaisquer estudos técnicos e que basicamente atira, à excepção de Gondomar, o resto das novas linhas para uma luz que não se vê ao fundo do túnel”.

“Em relação à Linha da Boavista, agora adiada para 2020, o PSD do Porto regista o regozijo por parte de alguns Dirigentes do PS... Afinal, esta linha foi apresentada e defendida pelo Dr. Fernando Gomes e o PS há anos atrás, quando alguns dirigentes e autarcas do PS não eram caixas de ressonância ambulantes de governos socialistas, como sucede hoje”, acrescenta o PSD.

Arquivos da CMP ganham Prémio Nacional

A Presidência do Conselho de Ministros, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, decidiu atribuir ao Departamento Municipal de Arquivos (DMA) o Prémio Nacional de Boas Práticas na Administração Local. A candidatura foi apresentada ao concurso de 2007/2008, tendo-lhe sido outorgado o primeiro lugar da Categoria A - Administração Autárquica e Modernização.

O DMA ocupa uma posição estratégica na gestão da informação administrativa da Câmara Municipal do Porto, nomeadamente no que respeita à conservação dos processos que ultrapassaram a sua fase activa. Nesse sentido, exerce funções de apoio à administração e aos municípios e, também, de fomento do acesso a informação de natureza histórica e cultural sobre a cidade.

Além do arquivo camarário, o DMA tutela diversas coleções e arquivos de origem particular, muitos deles oferecidos à autarquia. Todo este precioso acervo ocupa quase 10 quilómetros de prateleiras, na Casa do Infante e nos Paços do Concelho. São milhares de documentos manuscritos (desde o séc. XI), livros impressos, plantas cartográficas, desenhos urbanísticos ou arquitectónicos, fotografias e postais antigos, gravuras históricas ou, mesmo, cartazes e outros documentos efémeros que o DMA conserva devido ao seu valor informativo.

O Porto, a administração da cidade e a sua história constituem objecto primeiro deste acervo documental e dos serviços prestados pelo DMA, que não se limitam a responder às necessidades da investigação erudita. Qualquer cidadão curioso pode, na Casa do Infante, ter um motivo para passar bem o seu tempo e para colher informações sobre temas que gostaria de aprofundar ou, meramente, esclarecer (um lugar ou rua do Porto, uma personalidade, um assunto...).

Os serviços do Departamento apresentam ainda outras ofertas a quem pretenda ocupar tempos livres ou valorizar os seus conhecimentos sobre a cidade: exposições temporárias, conferências, sessões de divulgação do acervo - com destaque para "O documento do mês", na terceira semana, à quinta-feira - oficinas educativas, visitas à Casa do Infante, etc. A circunstância de o Arquivo se encontrar sediado num Monumento Nacional, que foi objecto de cuidadas escavações arqueológicas, permitiu criar também um centro de interpretação com espaços musealizados, o qual recebe dezenas de milhares de visitantes por ano.

Neste momento, em parceria com outros serviços camarários, o Departamento Municipal de Arquivos está a desenvolver um ambicioso projecto de digitalização de documentos, cujo primeiro objectivo é agilizar os processos de licenciamento urbanístico. Este projecto irá também reorientar as bases do arquivo electrónico do município, a ser gerido de acordo com as normas internacionais de preservação digital e de gestão da informação.

30 anos de geminação: delegação de Nagasaki visitou o Porto

O Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, recebeu hoje, em Sessão de Boas-Vindas, o seu homólogo de Nagasaki, Tomihisa Taue. A recepção à comitiva japonesa, que decorreu na Sala D. Maria dos Paços do Concelho, inseriu-se nas comemorações dos 30 anos de geminação do Porto com Nagasaki, parceria que se mantém activa, especialmente ao nível do intercâmbio cultural.

O autarca portuense congratulou-se com a visita e salientou a importância dessas relações que têm

unido as duas cidades, para além das afinidades históricas entre os dois países.

Como exemplos dessa aproximação, apontou diversas iniciativas entre as quais um conjunto de mostras alusivas ao País do Sol Nascente, sob o título "Japão no Porto", que decorreu no passado mês de Maio. A plantação de uma árvore - um diospireiro - nos Jardins do Palácio de Cristal, descendente de árvores bombardeadas durante o ataque nuclear da II Grande Guerra Mundial, foi outro dos exemplos evocados.

"Sinto grande confiança no apoio que as cidades geminadas prestam ao cidadãos de Nagasaki e Hiroshima ao partilharem connosco o mesmo desejo de paz. Gostaria de aproveitar este momento para agradecer esse apoio", declarou, por seu lado, Tomihisa Taue, no seu discurso.

Na cerimónia esteve igualmente presente Aureliano Veloso, o primeiro Presidente democraticamente eleito da Câmara Municipal do Porto, em cujo mandato foi assinado, em 1978, o acordo de geminação entre as duas cidades.

De salientar que, no âmbito da referida geminação, o Município do Porto é membro da Conferência Mundial de Presidentes de Câmara para a Paz através da Solidariedade InterCidades, promovida pelas cidades de Nagasaki e Hiroshima.

CMP presente no AutoClássico Porto 2008

A Câmara Municipal do Porto, através da Empresa Municipal PortoLazer, esteve este ano, e uma vez mais, presente no AutoClássico - Salão Internacional do Automóvel e Motociclo Clássico e de Época, na Exponor.

A representação do município esteve assegurada através de um "stand" alusivo ao Circuito da Boavista, no qual todos os visitantes puderam reviver, através de fotografias e filmes, os melhores momentos das provas realizadas em 2007 no mítico circuito portuense, que no Verão do próximo ano voltará a propiciar, durante dois fins-de-semana

consecutivos, as grandes emoções das corridas de automóveis clássicos e modernos. O espaço foi objecto de uma visita do Presidente da CMP, Rui Rio, acompanhado do Vice-Presidente e Vereador do Ambiente, Álvaro Castello-Branco, e do Vereador da Cultura, Turismo e Lazer, Gonçalo Gonçalves.

A exposição contou com a participação de 250 expositores especializados no segmento de clássicos oriundos de sete países, incluindo Portugal, e de 400 viaturas. Os pilotos Timo Salonen, Marc Duez, Armindo Araújo, Pedro leal e Rui Azevedo, entre outros, marcaram, igualmente, presença, protagonizando diversas exibições e provas desportivas.

Junta Metropolitana do Porto

Metro e Aeroporto Sá Carneiro dominaram agenda da reunião da JMP

O Presidente da Junta Metropolitana do Porto (JMP), Rui Rio, reafirmou hoje a falta de cumprimento, por parte do Governo, do Memorando de Entendimento relativo ao desenvolvimento da rede do Metro do Porto, assinado em Maio de 2007. É, aliás, partindo desta premissa que a JMP participará na reunião da próxima quarta-feira com o Ministro Mário Lino, a quem fará sentir essa realidade e a necessidade de cumprir o acordo firmado, sob pena de a JMP continuar a erguer a sua voz e a defender os interesses das populações, com o inevitável desgaste daí resultante para a acção governativa.

Logo após o encontro com o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, será o Conselho de Administração (CA) da Metro do Porto, cuja Comissão Executiva tem sido alvo de críticas por parte de Rui Rio, que se reunirá com o governante.

Rui Rio insistiu em qualificar de "negativo" o modo como o actual CA da Metro, empossado em Março, tem vindo a exercer as suas funções, mantendo à margem os três administradores não executivos designados pelas autarquias, tanto no plano de disponibilização de

informação - que, segundo o autarca, tem sido pouca - como ao nível decisório.

"O acordo assinado com o Governo apenas foi cumprido da nossa parte, quando cedemos o capital e a maioria no CA, por troca com as obras, que ainda não foram feitas, nem sequer aquelas que já deveriam ter arrancado", observou.

"Neste momento, já deviam estar a avançar no terreno as linhas da Trofa e da Boavista. Isto para já não falar em informações oficiais que possuo e que apontam para a intenção do Governo em não fazer a linha da Boavista antes das eleições autárquicas, por razões de carácter partidário. Isto vale o que vale, mas a verdade é que os factos apontam para que tal possa ser uma realidade", admitiu o Presidente da JMP.

Linha de Gondomar desbloqueada

O dirigente metropolitano congratulou-se, por outro lado, com o desbloqueamento da Linha de Gondomar, cuja adjudicação havia sido decidida em início de Julho pela empresa e que só, antontem, terça-feira, obteve luz verde para avançar, na sequência dos protestos que, entretanto, foram emitidos publicamente sobre esta matéria.

Recorde-se que ainda no dia anterior, na passada segunda-feira, no final da apresentação, no Porto, do circuito turístico eléctrico "Tram City Tour", o Ministro Mário Lino tinha dado conta à Comunicação Social de que essa mesma linha aguardava ainda pela autorização governamental, o que terá, então, acontecido um dia depois, na sequência das críticas.

FEP e Deloitte em sessão de esclarecimento sobre Aeroporto Sá Carneiro

A JMP vai promover, no próximo dia 8 de Outubro, no Europarque, em Santa Maria da Feira, uma sessão de esclarecimento em torno do futuro modelo de gestão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

Estarão presentes nesse encontro os autores dos estudos que sobre essa matéria foram encomendados pela JMP à Faculdade de Economia do Porto e à empresa de auditoria e consultoria Deloitte, os quais foram inequívocos ao pronunciarem-se por um modelo autónomo para aquela infra-estrutura aeroportuária, de vital importância para o desenvolvimento da Região Norte.

A sessão, embora aberta ao público em geral, tem como principais destinatários todos os membros e associados das estruturas subscritoras da carta que nesse sentido foi enviada em 17 de Junho ao Primeiro-Ministro e que são as seguintes: Associação Empresarial de Portugal (AEP), Associação Comercial do Porto (ACP), Associação Industrial do Minho (AIMinho) e Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA). - *Gab. Imp. CMP, Fotos Arquivo PL e CMP*



Posições do PSD sobre a actividade municipal e as informações económico-financeiras recebidas

Tendo analisado os documentos apresentados pelo Executivo Municipal os Deputados eleitos pelo PSD para a sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:

Com base no Relatório de Actividade Municipal, reportado ao final do mês de Agosto:

(cumpridos 8/12 ou 66% do estimado orçamental):

1 – RECEITA E DESPESA (Página 9):

§ Os níveis de execução orçamental da Receita e da Despesa são inferiores a 25%. Falta concretizar 75% em 4 meses... Já adivinhávamos este “rigor” na discussão do Orçamento para 2008;

§ O Investimento concretizado corresponde a cerca de 6,5% do que foi estimado no Orçamento. “Só falta” concretizar 93,5% do que foi prometido... É aqui que se pode verificar o nível de execução do PPI (Despesa - Aquisição de Bens de Capital). Pior do que este desempenho não há memória. O ROC também nada diz no seu Parecer (embora, neste momento orçamental, não haja essa obrigatoriedade).

2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA (Página 10):

§ Na Rubrica “Dívidas de Terceiros – Curto Prazo” pode-se identificar no Código 268 “Outros Devedores” que alguém deve à CMC 23.813.445,48 Euros. De quem se trata?

§ Pode-se, aqui neste Quadro, constatar que os Fornecedores de Curto Prazo continuam a aguardar a liquidação



de mais de 14 milhões de Euros;

3 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS (Páginas 15 e 16):

§ As contratações desde Janeiro até Agosto (8 meses) superam em muito as saídas. Estamos num rácio de saída de 1 Colaborador para a entrada de 3 novos Colaboradores... Onde estão os reflexos na actividade operacional na CMC? São estes os resultados imediatos da revisão do Quadro de Pessoal recentemente aprovada? Não seria já tempo de reflectir sobre o aumento das despesas com o pessoal (que já fora apontado como um dos 3 aspectos negativos do Município do Cartaxo no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2006), ao nível da actividade municipal?

4 – EM SUMA:

§ A Câmara “aguarda” pávida e serenamente pelas soluções mágicas da Concessão das Águas e do Empréstimo de 13 Milhões sujeito ao Tribunal de Contas...

§ Onde é que anda o tão propalado Plano de Contenção da Despesa Corrente e de maximização da Receita???

Sobre a Informação Económica-Financeira do 1º semestre de 2008

QUESTÕES:

Tendo analisado os documentos apresentados pelo Executivo Municipal os Deputados eleitos pelo PSD para a sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:

A informação apresentada é muito escassa porque nem sequer contém as notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados apresentados, mas mesmo assim, extraímos as seguintes considerações:

A – Balanço

A1 - Imobilizado

1 – A Câmara Municipal está completamente afundada em dívidas e encontra-se completamente estagnada ao nível de Obras e Investimentos.

Em 6 meses (de 1/1/2008 a 30/6/2008):

a) as contas de obras (imobilizações) em curso (445 e 442) tiveram um acréscimo de 243 mil euros face ao final de 2007;

b) se incluirmos equipamentos, o aumento total (incluindo obras) foi de 400 mil euros, ou seja, 66,6 mil euros (13,3 mil contos) por mês;

Das duas uma:

§ ou a Câmara só existe para pagar dívidas e mesmo assim não as consegue liquidar (veja-se, por exemplo, na pág. 9 do Relatório Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira, reportado a 31/8/2008, como a Câmara, ao nível do pagamento das despesas com Aquisição de Bens de Capital, só executou 6,50% do valor Orçado para 2008) – ou seja, a execução do PPI no final de Agosto de 2008 era de 6,50%;

§ ou a Câmara anda a realizar despesas ilegalmente à margem do Orçamento, porque já não tem orçamento para cabimentar e concretizar novas despesas, o que traduz, para além de uma ilegalidade grave, uma subavaliação da dívida da Câmara constante desta informação semestral.

A2 - Circulante

A21 - Existências

2 – As existências não sofreram alterações relativamente ao final de 2007. Porque?

O Armazém da Câmara Municipal tem estado fechado?

A22 - Dívidas de Terceiros e a Terceiros

3 – Nas dívidas a receber de terceiros



– curto prazo, assistimos a uma redução da dívida da Rumo2020 para 495 mil euros, ou seja, a Câmara recebeu 1,1 milhões de euros.

4 – Nas dívidas a pagar a terceiros – curto prazo assiste-se a um aumento de 61 mil euros nos 6 meses referidos.

Reforça-se aqui, uma vez mais, as reiteradas dúvidas que temos sobre este saldo da dívida a fornecedores, porque com o Orçamento esgotado, não há possibilidade do registo da facturação que muito previsivelmente terá sido assumida à margem do Orçamento, mas que se encontra provavelmente encaixotada.

Dos 2 pontos anteriores, suscitam-se as seguintes questões:

§ Qual é o critério para a Câmara diferir no tempo o recebimento da Rumo2020?

§ E qual é o critério que a Câmara utiliza na aplicação do montante recebido?

§ Porque é que a Câmara, com o que já recebeu e com o que falta receber da Rumo2020, não paga aos fornecedores, invertendo o aumento das dívidas a pagar?

A Câmara prefere ter uma dívida a receber da Rumo2020, em vez de pagar aos fornecedores, cujas dívidas já têm uma alargada antiguidade.

Será que a dívida da Rumo2020 à Câmara não é um “plafond das conveniências” que a Câmara tem e que apenas utilizará, não para pagar as ditas dívidas já assumidas, mas antes para pagar as novas despesas de propaganda que vão surgindo no dia a dia até às eleições, consoante as conveniências?

Os fornecedores, colectividades e associações públicas ou privadas que esperem...

5 – Ainda relativamente à Rumo2020, questiona-se se estão registadas as obrigações decorrentes do contrato programa, designadamente, as transferências de 382.771€ (2007) e

550.881€ (2008)?

De facto, não as encontramos registadas. A ser assim, os custos estão subavaliados em 953.652 mil euros.

A3 - Fundos Próprios

6 – A proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2007 aprovada por esta Assembleia em Abril do corrente ano ainda não foi registada. Porquê?

Nessa proposta foi aprovada a transferência para Reservas Legais de 53.468,20€ que não está registada, pois os saldos continuam iguais (230.000€). Continuam a fazer movimentações no exercício já fechado?

B - Demonstração de Resultados

7 – A Demonstração de Resultados não está equilibrada

(nos Custos e Perdas tem 6.583.298,26€ e nos Proveitos e Ganhos tem 6.402.533,59€. A diferença está na linha do Resultado Líquido do Exercício que apresenta um valor de 227.928,86€, enquanto que no Resumo apresenta 47.164,19€);

8 – Os Custos e Perdas representam 34% dos valores de 2007. Algumas rubricas apresentam números claramente duvidosos que estão igualmente relacionados com as reservas que já colocámos atrás. Por exemplo, ao nível dos fornecimentos e serviços externos apenas temos registados custos na ordem dos 986 mil euros (cerca de 19% dos 5,2 milhões de euros registados em 2007), sucedendo-se o mesmo com os custos e perdas extraordinários.

9 – Os Proveitos e Ganhos representam 32% dos valores de 2007. Os impostos e taxas representam 4,60% dos montantes de 2007 e os proveitos financeiros (onde se incluem as rendas da EDP) representam 2,38% dos montantes de 2007.

C - O Parecer do Auditor Externo (que passou a designar-se de “Fiscal

Único” do Município por sua livre iniciativa!)

C1 - As Reservas do ROC

10 – Continuamos bastante apreensivos com as reservas do ROC, na medida em que em vez de as resolver ou, no mínimo, reduzir, constatamos que o Executivo PS nada faz e passa de 2 reservas colocadas na Certificação Legal de Contas para 3 patentes neste Parecer.

11 – As reservas dos parágrafos 8. e 9. do Parecer prendem-se com os impactos das 2 operações seguintes:

a) 23 milhões de euros - concurso internacional que ainda não se encontra adjudicado – a designada operação fantasma! – impactos ao nível do activo, dos proveitos diferidos e do aumento do resultado;

b) 800.000€ - relacionados com a alienação de terreno nas Pratas cuja adjudicação e passagem de titularidade ainda não aconteceu – impactos ao nível do activo e do aumento do resultado.

Quanto à Reserva dos 23 milhões de euros, gostaríamos de saber porque é que foi colocada, dado que o ROC disse na Assembleia Municipal da discussão das contas de 2007 que as garantias prestadas pelos concorrentes deste concurso internacional (+/- 400 mil euros) lhe davam garantias para que a operação fosse lançada. Se concordou, porque é que continua a colocar esta reserva?

Temos aqui a confirmação de que o ROC sabe que não se registam operações que ainda não tiveram os seus efeitos económicos, nem dívidas a receber de um “concessionário fantasma”.

Reparem como o ROC também discordou da reserva dos 800 mil euros, precisamente pelo mesmo critério.

D - Considerações Finais

12 – Todas as considerações tecidas aquando da discussão das contas de 2007 têm já nestas contas a sua confirmação. Vejamos:

a) afirmámos que o registo da “operação fantasma” da concessão teve como objectivos tornar o Resultado Líquido do Exercício de 2007 positivo e dar uma imagem de folga ao nível do Endividamento Líquido, quando efectivamente o mesmo estava excedido em cerca de 9,9 milhões de euros (contando com 3,2 milhões de euros da Rumo2020) – confirma-se. O resultado líquido foi positivo à conta deste tipo de operações como abaixo se demonstra e o Endividamento Líquido continua excedido, porque não são de considerar no seu cálculo, as dívidas a receber não reconhecidas por ambas as partes (concessionário fantasma – 23 milhões de euros; Adquirente do terreno – 800.000€), nem as dívidas a receber de entidades do Sector Empresarial Local (Rumo2020 – 495.000 €);

b) afirmámos que com o Endividamento Líquido excedido, estavam mais do que reunidas as condições para a verificação da Ruptura Financeira, já de acordo com os novos critérios;

c) afirmámos que o Executivo PS não consegue pôr o Município a gerar ganhos pelo exercício da sua actividade normal ou corrente e que os seus investimentos são de qualidade muito duvidosa - confirma-se. O investimento já foi atrás referido e os resultados operacionais deste 1.º semestre de 2008 são negativos, na ordem dos -1,04 milhões de euros;

d) duvidámos fundamentadamente do crescimento dos resultados financeiros de -422.163,76€ de 2006 para 380.598,19€ de 2007 (+190,15%) e, em particular, dos proveitos financeiros que cresceram de 42.785,9€ de 2006 para 1.480.348,11€ de 2007 (+3.359,89%) – confirmam-se as dívidas. Os proveitos financeiros do 1.º semestre de 2008 são de 35.189,33€ e os resultados financeiros são negativos em -383.587,25€. Até final do ano, talvez a criatividade contabilística invente mais qualquer coisa!!!

e) duvidámos do crescimento dos resultados extraordinários de -659.796,52€ de 2006 para 2.628.732,97€ de 2007 (crescem 5 vezes mais) e, em especial, dos proveitos extraordinários que cresceram de 205.605,32€ de 2006 para 4.398.934,47€ de 2007 (+2.039,50%) - confirmam-se as dívidas. Os proveitos extraordinários do 1.º semestre de 2008 são de 1.829.168,68€ e os resultados extraordinários são de 1.470.162,66€. Nestes proveitos extraordinários estão incluídos 1.495.000 € referentes a:

§ 695.000€ - proveitos relacionados com o concurso internacional que ainda não se encontra adjudicado – a dita operação fantasma! – originou a Reserva do parágrafo 8 do Parecer do ROC;

§ 800.000€ - proveitos relacionados com a alienação de terreno cuja adjudicação e tradição ainda não aconteceu - originou a Reserva do parágrafo 9 do Parecer do ROC;

f) afirmámos que o Resultado Líquido dos vários exercícios tem sido construído à conta de movimentações extraordinárias e em muitos casos perigosas e ilegais!!! – confirma-se uma vez mais com o Resultado do 1.º semestre de 2008 de 47.164,19€. À conta das operações referidas em c) o resultado do período passou de negativo, na ordem dos -1.447.835,81€ para o valor agora apresentado (47.164,19€).

g) O resultado do período referido na alínea anterior seria ainda mais negativo se estivessem reflectidos nas contas, por coerência de critérios, as transferências para a Rumo2020 a efectuar ao abrigo do Contrato-Programa assinado (ver ponto 5 acima apresentado). – CPS/Cartaxo e CPD de Santarém

Notícias dos Açores

Costa Neves prossegue a campanha eleitoral e luta sem tréguas contra as prepotências do PS

Em Santa Cruz das Flores, ontem, o líder do PSD/Açores apelou aos eleitores para manifestarem a sua “vontade de mudança”, utilizando o voto como “principal instrumento” a 19 de Outubro.

“Não basta dizer que têm medo deles (referindo-se aos socialistas) e ficar em casa no dia 19 de Outubro. Se é realmente para manifestar uma vontade, seja em que partido for, se for no PSD tanto melhor, usem o voto que têm”, disse Costa Neves, num jantar comício, segunda-feira à noite, na sede do grupo desportivo “Os Minhocas”, na Ilha das Flores.

Perante um governo que “provoca medo”, Costa Neves considerou que “a mudança é o único caminho a seguir”, lembrando que os cidadãos “têm o principal instrumento nas mãos, que é o voto”.

Segundo relatou, até os candidatos das listas do PSD são “pressionados, ameaçados e condicionados” pelos socialistas, uma situação que classificou de “inaceitável” e que “provoca medo”.

Depois de apresentados um a um os candidatos do PSD pelas Flores ao parlamento açoriano, Costa Neves começou por pedir licença para despir o casaco do fato azul-escuro devido “ao calor humano muito grande na sala”, acrescentando que “para começar a resolver os problemas das Flores o melhor é começar já a arregaçar as mangas” da camisa branca que trazia vestida.

Mais à vontade, o líder do PSD/Açores acusou, uma vez mais, a governação socialista de ser “um polvo com oito tentáculos” e de ter sido “desleixada para com a Ilha das



Flores”, palavras muito aplaudidas pela audiência.

A conclusão do cabo de fibra óptica nas Ilhas da Flores e Corvo, para fechar o anel no Arquipélago, foi um dos exemplos apontados por Costa Neves, argumentando tratar-se de algo “essencial” para que as ilhas “estejam integradas no mundo”.

“Em Fevereiro de 1998, o presidente do Governo (Carlos César) anunciou que tinha encomendado um estudo, que estaria concluído dentro de poucos meses”, disse o candidato “laranja”, acrescentando que ainda hoje a obra está por concluir.

“120 meses, 10 anos depois para mim é muito tempo”, rematou Costa Neves, antes do jantar na sede dos “Minhocas”, situada na Rua Roberto Mesquita, que esteve encerrada ao trânsito várias horas devido à acção de campanha social democrata.

A Ilha das Flores, onde vivem cerca de quatro mil habitantes, elege a 19 de Outubro três dos 57 deputados para o parlamento açoriano.

A comitiva do PSD/Açores prosseguiu ontem a campanha eleitoral na Ilha de São Miguel, com um jantar

comício agendado na maior casa de espectáculos do Arquipélago, o Coliseu Micaelense na cidade de Ponta Delgada. – Fonte: **Lusa**

Costa Neves garante 450 novos postos de trabalho em São Jorge

O líder do PSD/Açores garantiu sexta-feira que um governo social-democrata vai criar, nos próximos quatro anos, 450 novos postos de trabalho na ilha de São Jorge, graças ao estabelecimento de um mercado único de 40 mil habitantes entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

“Se o mercado for maior compra-se e vende-se mais, produz-se mais e se se troca mais há mais emprego. Tenho a certeza absoluta que crio nos próximos quatro anos pelo menos 450 novos empregos em São Jorge”, afirmou Costa Neves, num jantar-comício na freguesia da Beira.

Segundo o líder social-democrata e candidato a presidente do governo, tal objectivo vai ser alcançado graças à criação de uma “ponte marítima” para

transporte de passageiros e viaturas entre as ilhas do Triângulo, através da compra de dois navios rápidos.

Para Costa Neves, é necessário “dar as mãos a quem tem estado na iniciativa privada” no transporte marítimo no Triângulo, de forma a que possam ser encontradas “as soluções mais rápidas, confortáveis e que já existem no mercado”.

O presidente do PSD/Açores acrescentou que, com um governo social-democrata, navios rápidos também vão ligar as ilhas de São Jorge e Graciosa à Terceira.

O líder social-democrata desafiou ainda o primeiro-ministro José Sócrates a deslocar-se “muitas vezes” à Região, para que todos percebam que “Sócrates e César são farinha do mesmo saco”.

“Ele que venha muitas vezes para toda a gente ter a noção que Sócrates e César são exactamente a mesma coisa, são farinha do mesmo saco”, afirmou.

– Gab. Imp. PSD/Açores



Renovação à vista?

Presidente (e candidato a 2º mandato) da JSD, quer fazer “uma revolução na estrutura de juventude social-democrata”

O presidente da JSD e candidato a um segundo mandato, Pedro Rodrigues, afirmou hoje que quer fazer “uma absoluta revolução” na estrutura de juventude do PSD, que inclui organizar os militantes em função de causas.

Pedro Rodrigues apresentou hoje em Lisboa a sua recandidatura à presidência da JSD, que será decidida no Congresso de 28, 29 e 30 de Novembro, em Penafiel, e tem como lema “Agora nós! 2009, uma nova atitude”.

Até à data não foi anunciado mais nenhum candidato.

Em declarações à agência Lusa, Pedro Rodrigues afirmou que no seu segundo mandato quer fazer “uma absoluta revolução do ponto de vista da organização, não só das estruturas de juventude, mas também dos partidos políticos em Portugal”.

Pedro Rodrigues acrescentou que quer “uma forte aposta na Internet” e que vai “fazer uma proposta ao Congresso da JSD para que delegue no Conselho Nacional poderes para uma revisão estatutária”.

O objectivo é “que a JSD se reorganize em função das comunidades de internautas” e, mantendo o “patamar de organização territorial” dos militantes, criar “um patamar organizado em função de causas e baseado numa plataforma de participação digital”, adiantou.

De acordo com Pedro Rodrigues, actualmente “a mobilização dos jovens é em função de causas” e “a política não pode continuar a utilizar os mecanismos tradicionais da militância”, sobretudo se quer aproximar-se da juventude.

Pedro Rodrigues foi eleito presidente da JSD no Congresso realizado de 20, 21 e 22 de Abril de 2007, em Espinho.

O próximo Congresso da JSD estava previsto para Abril, quando Pedro Rodrigues completaria os dois anos de mandato, mas o Conselho Nacional da JSD decidiu antecipá-lo considerando que 2008 não é altura para discutir a liderança, por ser um ano de três actos eleitorais. – *Fonte: Lusa*



JSD já tem núcleo nas Lajes

A JSD/Terceira procedeu, na passada sexta-feira, à apresentação do recém-criado núcleo da freguesia das Lajes, concelho da Praia da Vitória, uma estrutura liderada por Catarina Lima, e que pretende ter uma postura “de intervenção na freguesia, nomeadamente sobre os assuntos que tocam a juventude lajense”, referiram os responsáveis locais da JSD.

Segundo o líder da comissão política terceirense dos jovens laranja o “entusiasmo com que têm sido criados os vários núcleos demonstra bem o crescimento da nossa força partidária, bem como o recente trabalho desenvolvido pela JSD na ilha”, explicou.

Para Luís Carneiro, a criação de um núcleo nas Lajes vem cativar “a participação activa dos jovens na vida da sua sociedade”, sendo exemplo que “este núcleo das Lajes apresentou já um conjunto de projectos para a freguesia, numa clara forma de combater a passividade dos mais novos naquela



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 11 de Outubro de 2008 (Sábado), pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua de São Pedro, nº 12-1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Apreciação da actividade dos vereadores
- 3 - Apresentação da actividade da CPS sobre candidaturas autárquicas
- 4 - Outros assuntos de interesse para a Secção

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 23 de Outubro de 2008 (Quinta-feira), pelas 21H00 na sede sita na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, nº 6-A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Estratégica Autárquica
- 3 - Análise da situação político-partidária

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro, para reunir no próximo dia 17 de Outubro de 2008 (Sexta-feira), pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177-1º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política partidária

BAIRRO/VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Bairro, concelho de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, pelas 14H00 na Av. Padre Manuel Joaquim Salazar Pereira Silva, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 14H00 e as 16H00

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2008 (Sexta-feira), pelas 21H00 na sede distrital, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação político-partidária

LEÇA DA PALMEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Leça da Palmeira para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, pelas 15H00 na sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia eleitoral ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 15H00 e as 18H00

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 8 de Novembro de 2008 (Sábado), pelas 20H30 na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política - partidária
- 2 - Eleições autárquicas

OLIVEIRA DE SANTA MARIA/VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Oliveira de Santa Maria, concelho de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2008, pelas 17H00 na Av. do Mosteiro, nº 30 em Oliveira do Bairro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 19H00

OLIVEIRA DE SÃO MATEUS/VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Oliveira de São Mateus, concelho de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2008, pelas 14H00 na sede da Junta de Freguesia, sita na Rua Eva Machado Guimarães, nº 1218, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 14H00 e as 16H00

PARIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Paris para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2008 (Sábado), pelas 18H00, no nº 34 Avenue Reille - Paris 14, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa e Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 20H00

RIBA DE AVE/VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Riba de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, pelas 17H00 na Rua Luís de Camões, nº 60 r/c, em Riba de Ave, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 19H00

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Vagos para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2008 (Sábado), pelas 19H00, na sede, sita na Rua Cândido dos Reis, 440 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa e Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (12 de Novembro) ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 19H00 às 22H00

VILA NOVA DE GAIA AFURADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo da Afurada, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia da Afurada, sita na Rua Agostinho Albano, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

ARCOZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Arcozele, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na sede do núcleo, sita na Av. Jorge Correia, nº 510 cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

AVINTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Avintes, sita na Rua Escola Central, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00,



ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

CANELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canelas, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na sede do núcleo, sita na Rua Delfim de Lima, 2023, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

CANDELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Candelo, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Candelo, sita na Rua António Francisco Braga Júnior, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

CRESTUMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Crestuma, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Crestuma, sita na Av. da Saudade, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

GRIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na sede do núcleo, sita no Largo de Santo António, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

LEVER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Lever, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Lever, sita na Rua Cavada de Meias, nº 30, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

MADALENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo da Madalena, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na sede do Orfeão da Madalena, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

OLIVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo do Olival, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado)

pelas 16H00 no Centro Social de Olival, junto à EN 222, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

PEDROSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Pedroso, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Pedroso, sita na Rua Paúl de Pedroso, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

SANDIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Sandim, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na sede do núcleo, sita na Rua da Costa, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

SANTA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na sede do núcleo, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1323, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser

entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

SÃO FELIX DA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de São Félix da Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de São Félix da Marinha, sita no Largo da Igreja, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

SEIZEZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Seixezelo, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Seixezelo, sita na Rua da Igreja, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

SERMONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Sermonde, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Sermonde, sita na Rua de Sermonde, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente



o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

SERZEDO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Serzedo, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Serzedo, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 15, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

VALADARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valadares, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Valadares, sita na Av. António Coelho Moreira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

VILAR DE ANDORINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vilar de Andorinho, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, sita na Praceta Escultor Alves Sousa, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00

VILAR DO PARAÍSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Vilar do Paraíso, concelho de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2008, (Sábado) pelas 16H00 na Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, sita na Rua do Jardim, n.º 744, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política concelhia ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 20H00



OLIVEIRA DO BAIRRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Oliveira do Bairro da JSD para reunir no dia 8 de Novembro de 2008 (sábado), pelas 14:30 horas na Sede do PSD de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, n.º 67, 1.º, 3770 - 218 Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Actividade Política da JSD;
- 2 – Apresentação do Plano de Actividades;
- 3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Oliveira do Bairro da JSD

(João Paulo Castelo da Assunção Sol)

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Almada a realizar-se no próximo dia 7 de Novembro de 2008, pelas 21h00m, na sede concelhia, sita na Rua Clube de Campismo do Concelho de Almada 6 A, em Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário da Secção de Almada.

Notas:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD de Almada;

Para o exercício de voto as urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Miguel Salvado)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Secção de Ponte de Lima, da JSD para reunir no dia 7 de Novembro de 2008, pelas 20 horas e 30 minutos, na sede do PSD de Ponte de Lima, cito na Praceta Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Ponte de Lima da JSD.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do PSD de Ponte de Lima, cito na Praceta Dr. Vieira de Araújo, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas das 20H30M às 22H.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho
(Carlos Arieiro)